AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 41 | Nº 11 | NOVEMBRO 2021 | R$ 15,00



FGV LANÇA OBSERVATÓRIO DE BIOECONOMIA

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

CONFINAMENTO PREÇO DA ARROBA DE BOI PRECISA SUBIR PARA NÃO DAR PREJUÍZO

CPR VERDE PODE SER UMA ÓTIMA OPORTUNIDADE

FIAGRO ENTENDA COMO SERÁ POSSÍVEL INVESTIR NO AGRO

MESTRADO PROFISSIONAL EM

AGRONEGÓCIO

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM UM CURSO ÚNICO NO SETOR



ÚNICO MESTRADO PROFISSIONAL DO SETOR NO BRASIL.

PRINCIPAIS TENDÊNCIAS EM SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS E DE INFRAESTRUTURA.

VISÃO ESTRATÉGICA SOBRE POLÍTICAS AGRÍCOLAS E SUSTENTABILIDADE.

CAPACITAÇÃO PARA CARGOS DE GESTÃO E LIDERANÇA.

INSCRIÇÕES ATÉ 15/11

saiba mais em:
fgv.br/eesp

FGV EESP

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles (Licenciado), Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Willy Otto Jordan Neto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Antonio Alberto Gouvea Vieira, Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio, Carlos Eduardo de Freitas, Cid Heraclito de Queiroz, Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio Grande do Sul, Federação Brasileira de Bancos (Isaac Sidney Menezes Ferreira), IRB – Brasil Resseguros S.A. (Antônio Cássio dos Santos), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maria Tereza Leme Fleury, Miguel Pachá, Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (Ronaldo Mendonça Vilela), Souza Cruz S/A (Jorge Irribarra)
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A. (Solange Srour), Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Monteiro Aranha Participações S.A. (Olavo Monteiro de Carvalho), Ricardo Gattass, Rui Barreto, Sul América Companhia Nacional de Seguros (Patrick de Larragoiti Lucas)

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Luiz Carlos Duque
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cecília Fagan, Teresa Cristina Vendramini, Marcello Brito, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

A **AGROANALYSIS** É UM DOS MAIS **IMPORTANTES VEÍCULOS** FORMADORES DE OPINIÃO NO **SETOR DO AGRONEGÓCIO**.

SÃO MAIS DE 40 ANOS NO MERCADO GARANTINDO A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO QUE CHEGA ATÉ VOCÊ!



www.agroanalysis.com.br
contato@agroanalysis.com.br

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

FGV LANÇA O OBSERVATÓRIO DE BIOECONOMIA

ESTA EDIÇÃO da ***Agroanalysis*** anuncia com muito entusiasmo a criação do Observatório de Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (FGV), que acontecerá em 5 de novembro próximo, das 9 às 10 horas, em um evento online. O programa de lançamento contará com a participação de Carlos Ivan Simonsen Leal, presidente da FGV, e Roberto Rodrigues, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro).

O Observatório é uma ação conjunta das seguintes unidades da FGV: Escola de Economia de São Paulo (EESP) – por meio do FGV Agro –, Escola de Direito de São Paulo (Direito SP), Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) e Instituto Brasileiro de Economia (IBRE).

As preocupações com as mudanças climáticas inauguraram debates sobre a transição para a economia de baixo carbono. E o momento atual exige um avanço significativo na direção de produzir com atenção voltada à redução de emissões de carbono e respeito à biodiversidade e aos direitos humanos. O Observatório de Bioeconomia atuará em três campos prioritários: uso da energia, uso da terra e uso da biodiversidade. Em cada um desses campos, o Brasil possui características próprias, sobre as quais o Observatório pretende jogar luz, com especial atenção para as métricas mais adequadas, a Amazônia e o agronegócio. Além disso, colaborará com lideranças nacionais, órgãos de Estado e instituições do setor privado e da sociedade civil na construção de caminhos promissores para um crescimento econômico com preservação florestal.

Entre os projetos já elaborados pelo Observatório para o evento de lançamento, três merecem destaque. O primeiro avalia tensões diplomáticas que antecedem a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-26/UNFCCC, nas siglas em inglês), em particular na organização do mercado global de carbono (art. 6º do Acordo de Paris). O segundo estudo realiza projeções de corte de emissões brasileiras na cadeia de carne, combinando, de um lado, a análise da pegada de carbono no setor e, de outro lado, a expectativa de corte de emissões com o uso de novas técnicas e tecnologias desenvolvidas pelo País. Já o terceiro estudo realiza um mapeamento inicial da bioeconomia na Amazônia, em particular nos setores agropecuário e extrativo. No médio prazo, o Observatório deve organizar uma base de dados abrangente para estudo da bioeconomia, dos desafios e das oportunidades no Brasil.

Nessa linha, está no radar dos assuntos mais importantes deste mês a COP-26, que acontecerá em Glasgow, na Escócia, entre 1º e 12 de novembro. O encontro reúne representantes dos 196 países signatários do Acordo de Paris (COP-21), tratado internacional para evitar o aumento da temperatura média do Planeta. As metas das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, na sigla em inglês) serão todas revistas.

Mudando o foco para o cenário interno do Brasil, a turbulência na economia, infelizmente, não passa, por causa do temor de estouro nos gastos do Governo. Com isso, o dólar não cede e a inflação, como já era esperado, vai fechar o ano perto de 10%. Para segurar a inflação, o Banco Central do Brasil (BCB) aumentou a Selic para 7,75% e sinalizou que a alta continuará. Assim como a inflação, a Selic deve fechar o ano na casa dos 10%.

A ***Agroanalysis*** continua com a projeção de um Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) próximo a 5% para 2022. E não há razão, nos fundamentos econômicos, para o dólar estar no nível atual. Mas, enquanto não houver segurança por parte dos agentes econômicos de que o Governo não explodirá ainda mais os gastos, o dólar não voltará para um patamar mais adequado, ou seja, próximo dos R$ 5,00.

Os produtores precisam estar atentos ao aumento significativo dos custos de produção, em razão do dólar. Os preços estão bons de maneira geral, mas não devem aumentar. Isso sugere margens boas, mas menores na safra 2021/22 em comparação à última safra. É preciso atentar aos juros, principalmente na hora de tomar algum financiamento. Deve-se fazer bem as contas entre o preço esperado pela produção e o juro a ser pago. Para boa parte das culturas, com os preços em curso, juros entre 8% e 10% são razoáveis.

No mercado de boi gordo, quem precisou vender o gado em setembro/outubro último deparou-se com um cenário de preços em queda, devido à paralisação dos embarques para a

China. A rentabilidade do confinamento deste ano dependerá da retomada dos embarques de carne bovina para o país asiático. Para não dar prejuízo, a arroba deve atingir o preço mínimo de R$ 312,00 em São Paulo.

Na visão dos negócios externos do agronegócio, cabe assinalar o lançamento da segunda edição do Programa de Imagem e Acesso a Mercados do Agronegócio Brasileiro (PAM AGRO), para o ciclo de 2021 a 2023. Esse trabalho envolve o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e quatorze entidades do setor. É uma fonte importante de informações sobre sustentabilidade, segurança e tecnologia dos produtos nacionais. O foco dessa edição está voltado para o continente europeu, por dois motivos: (i) ser este considerado o grande influenciador da opinião pública internacional; e (ii) ser ele um dos principais destinos das exportações do Brasil.

O Dia Mundial da Alimentação, criado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) em 1945, é sempre motivo de celebração para as entidades do agronegócio nacional. Essa data ratifica o reconhecimento da sociedade brasileira sobre a importância da FAO com relação à prática da segurança alimentar do Planeta. A realização de eventos dessa natureza justifica plenamente o papel de relevância que o Brasil protagoniza no setor internacional de alimentos atualmente.

Oportunamente, conversamos, na entrevista deste mês, com o mexicano Rafael Zavala, representante da FAO no Brasil desde 2018. É bastante evidente que, entre os temas enfocados, se destacaram os efeitos trazidos pela pandemia de COVID-19. Uma das consequências mais graves está no adiamento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) referente à fome zero que consta na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Por fim, o Caderno da Pecuária Sustentável chega à sua 15ª edição. As estatísticas mostram sete décadas do movimento cíclico dos preços da arroba de boi gordo. A ***Agroanalysis*** mostrou esse gráfico pela primeira vez no artigo "Pecuária de Corte: Reflexões sobre o Futuro", em maio de 1977. ■



ACOMPANHE NOSSAS REDES SOCIAIS



@fgvagro
/fgvagro
@fgvagroanalysis
FGV Agro
/fgvagro

www.agroanalysis.com.br contato@agroanalysis.com.br

SUMÁRIO

04 CAPA EDITORIAL

07 **ENTREVISTA**
RAFAEL ZAVALA
FAO CLAMA PELA SEGURANÇA ALIMENTAR MUNDIAL

10 **FRASES & COMENTÁRIOS**

11 **MACROECONOMIA**
DETERIORAÇÃO DO CENÁRIO

12 **AGRODROPS**

14 MERCADO & NEGÓCIOS

14 UM ANO DECEPCIONANTE PARA A AGROINDÚSTRIA BRASILEIRA

16 CAPA QUEDA NO PREÇO E PREJUÍZO NO CONFINAMENTO

26 GESTÃO

26 CAPA CPR VERDE: FERRAMENTA PARA INCREMENTAR A RENDA E DIVERSIFICAR A PRODUÇÃO

28 CAPA FIAGRO: O MULTIMERCADO DO AGRO

18 **CORTEVA**
ELAS SÃO O ORGULHO DO AGRO!

20 **ASBRAM**
SETE DÉCADAS DO CICLO DA PECUÁRIA DE CORTE

23 **NATIONAL WILDLIFE FEDERATION**
É PRECISO PREPARAR-SE HOJE PARA CONTINUAR VENDENDO AMANHÃ

24 **BRASIL AGROAMBIENTAL**
AS OPORTUNIDADES DO MERCADO DE CARBONO PARA O BRASIL

37



CADERNO DA PECUÁRIA SUSTENTÁVEL
NOVAS REFLEXÕES SOBRE O FUTURO

31



COMEMORAÇÃO DO DIA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO DE 2021

46 **AGROCERES MULTIMIX**
OS TRÊS CS DO MANEJO DA PASTAGEM

48 **RATIFICAÇÃO DE IMÓVEL RURAL EM FAIXA DE FRONTEIRA**

49 **FAESP**
AS ESCOLHAS E O RUMO DA POLÍTICA ECONÔMICA

50 **DIÁRIO DE BORDO**
UMA INDÚSTRIA RELEVANTE

51 **PRODUZIR**
A EDUCAÇÃO E O AGRO

52 **OPINIÃO**
A NOVA CIÊNCIA DO AGRONEGÓCIO PAULISTA

53 **REFLEXÃO**
AGENDA AGROAMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

54 **PIMAGRO**

FAO CLAMA PELA SEGURANÇA ALIMENTAR MUNDIAL

RAFAEL ZAVALA

Representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) no Brasil

Da Redação

O MEXICANO Rafael Zavala assumiu o posto de representante da FAO no Brasil em dezembro de 2018. Possui formação em Zootecnia pela Universidade Autônoma Metropolitana (no México), Mestrado em agricultura sustentável pela Universidade de Londres e Doutorado em políticas de desenvolvimento rural pelas Universidade de East Anglia, também na Inglaterra. Desde 2012, na Colômbia, participou de projetos de desenvolvimento sustentável do campo. Lá, atuou na área de segurança alimentar nutricional, focada em reduzir a pobreza rural, dentro do lema para a construção e a consolidação da paz no país. Nesses poucos anos de moradia no Brasil, convivendo, agora, com a pandemia do novo coronavírus, Zavala apresenta a sua visão sobre a complexa conjuntura atual.



AGROANALYSIS: O DIA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO SEGUE ATUAL?

RAFAEL ZAVALA: Logo após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, a ONU e a FAO surgiram quase ao mesmo tempo. Havia a necessidade premente no mundo de produzir alimentos, na luta contra a fome e a falta de comida devido aos efeitos deixados por aquele grande conflito. Ao longo desse tempo, a situação política dos países mudou, mas a FAO persiste na missão de debelar a fome. Atualmente, existem cerca de 811 milhões de pessoas no mundo em insegurança alimentar grave ou moderada, sendo que cerca de 2 bilhões de pessoas não acessam uma alimentação saudável.

Esse quadro foi agravado pela pandemia de COVID-19, que expôs as fragilidades dos sistemas de saúde e alimentar no mundo. Urge repensar a maneira de produzir, consumir e descartar os alimentos. Como parte de um sistema agroalimentar integrado, o papel de cada pessoa é essencial para reverter essa realidade. Por isso, o Dia Mundial da Alimentação, comemorado pela FAO

em 16 de outubro desde 1981, mostra a necessidade de disponibilizarmos a quantidade de alimentos necessária para uma vida saudável e balanceada nutricionalmente.

O MUNDO VIVE, HOJE, UMA REALIDADE HUMILHANTE QUANTO AO PROGRESSO DA META DE FOME ZERO.

COMO ENCARAR AS PERDAS E O DESPERDÍCIO DOS ALIMENTOS?

RZ: Essa situação dramática afeta o mundo dos pontos de vista social, econômico e ambiental. De início, cabe separar a diferença de conceitos. Perdas acontecem nas fases entre a colheita e antes do varejo, enquanto o desperdício ocorre entre o varejo e o consumo. Em nível global, 14% dos alimentos produzidos desde a colheita até antes do varejo são perdidos. Isso corresponde a 931 milhões de toneladas de alimentos, o equivalente ao peso de 23 milhões de caminhões com 40 toneladas cada um.

É contraditório ter de olhar para esse dado diante da fome existente no mundo. A pegada de carbono com perdas e desperdício de alimentos é de 3,3 gigatoneladas de dióxido de carbono, o correspondente a 7% das emissões de gases do efeito estufa (GEE). Existem medidas para evitar isso, como a promoção do consumo local, o apoio aos pequenos produtores e a adoção de hábitos de consumo mais sustentáveis. No caso do Brasil, que já dispõe de uma cadeia com infraestrutura institucional robusta, o caminho consiste em aproveitar esse potencial para intensificar as iniciativas.

A PANDEMIA DE COVID-19 TROUXE UM IMPACTO NEGATIVO?

RZ: Sem dúvida, a pandemia acarretou um aumento expressivo e abrupto na insegurança alimentar. Muitas famílias foram obrigadas a reduzir a quantidade e a qualidade dos alimentos consumidos. Isso instalou o estado grave de penúria da fome. O relatório "Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo" (SOFI), da ONU, aponta que, em 2020, mais de 12,0 milhões de brasileiros passaram a viver com insegurança alimentar, num total de 49,6 milhões de pessoas.

Na verdade, o impacto da pandemia de COVID-19 sobre a economia mundial causou uma crise sem precedentes. Milhares de pessoas perderam suas fontes de renda, sendo levadas à situação de extrema pobreza. A perda do poder de compra impactou o acesso a alimentos não só em quantidade, mas também em qualidade. A pandemia também expõe as fraquezas dos sistemas alimentares, que ameaçam as vidas e os meios de subsistência ao redor do mundo, especialmente onde as situações são mais vulneráveis.

FICAMOS MAIS LONGE DA META DE FOME ZERO?

RZ: O diretor-geral da FAO, Qu Dongyu, manifesta frustração sobre o fato de o mundo passar por uma realidade humilhante quanto ao progresso da meta de fome zero. Os números da FAO detectam um aumento na subalimentação da população, com aumento significativo da má nutrição. Para os países da região da América Latina e do Caribe, acendeu o alerta sobre o risco de não alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) referente à fome zero da Agenda 2030.

O aumento dos índices está ligado às desigualdades, em especial quando se tocam e abordam "os três Cs da fome": **c**onflito, **c**lima (do inglês *climate change*, "mudança do clima") e **C**OVID-19. Temos de considerar que mais de um fator impulsiona a produção, o processamento, o transporte, o consumo e o descarte de alimentos. Por isso, precisamos olhar para políticas e investimentos integrados, que permitam potencializar a transformação dos sistemas alimentares, explorando soluções sustentáveis e resilientes.

HÁ UM ESTADO DE MUTAÇÃO NO SISTEMA ALIMENTAR?

RZ: As ações para transformar os sistemas agroalimentares dos países envolvem, também, os hábitos alimentares. Devemos levar em consideração as particularidades de cada um deles. Existem diferenças geográficas, em relação a relevo, clima e solo, além dos hábitos e dos costumes dos cidadãos com relação ao consumo de determinados produtos locais. Essa transição incentiva as pessoas a consumirem produtos regionais, com baixa pegada de carbono e ciclos curtos de produção e consumo.

A Colômbia e o Brasil, por exemplo, possuem desafios diferentes, mas, em ambas as nações, há espaço para fortalecer as políticas públicas em dois lados. Primeiro, com esforços adicionais ligados à conservação dos recursos naturais, à manutenção da biodiversidade e a ganhos de produtividade com tecnologia. Segundo, proporcionando uma alimentação saudável e adequada ao estimular ações para cooperações Sul-Sul entre os países da América do Sul.

ESTAMOS ALINHADOS PARA COMBATER AS PERDAS E O DESPERDÍCIO?

RZ: Na Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas, a ministra Tereza Cristina, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), assumiu o compromisso de reduzir perdas e desperdício. Isso envolve,

em geral, as cadeias de produção e abastecimento. Na distribuição de alimentos aos alunos e suas famílias, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Brasil oferece uma infraestrutura sólida: as Centrais de Abastecimento (Ceasas), os mercados e as feiras locais possuem condições para valorizar a compra de produtos da agricultura familiar.

A FAO acredita e aposta nas inovações tecnológicas para a gestão pós-colheita e de embalagem adequada dos alimentos. A flexibilidade das regulamentações e dos padrões de requisitos estéticos favorecem o comércio de frutas, legumes e verduras. Há uma melhoria em relação aos hábitos de consumo, às políticas de bancos de alimentos e à construção de alianças dentro e fora do setor de alimentos. Esse contexto cria caminhos na direção certa para reduzir perdas e desperdício.

É IMPORTANTE CONHECER A ORIGEM E OS PROCESSOS DE PRODUÇÃO DOS ALIMENTOS?

RZ: Os sistemas agroalimentares brasileiros possuem capacidade para enfrentar a crise derivada da pandemia de COVID-19 e fazer o País voltar ao alcance dos ODS para 2030. O grande desafio está na diversificação dos alimentos no Planeta, pois a produção está concentrada em menos de dez produtos. No Brasil, a soja e o milho possuem importância como insumos básicos para produzir proteína animal, mas cabe repensar a distribuição dos alimentos para abastecer tanto o mercado externo, como o interno.

A população mundial residente nas cidades aumentará de atuais 55% para 68% em 2050, com uma maior demanda na produção de alimentos. Além de evitar o êxodo rural, valorizar a produção dos pequenos produtores fortalece os sistemas agroalimentares. A proximidade entre a produção da fazenda e o prato do consumidor reduz a pegada de carbono. A nova cultura de conhecimento e aprendizado alimentares passa por informações sobre as origens e os processos de produção dos alimentos. Como não existem produtos anônimos, isso serve de predicado para influenciar a escolha dos produtos colocados na mesa.

A FAO TOMA INICIATIVAS ALÉM DA SEGURANÇA ALIMENTAR?

RZ: A presença da FAO no Brasil e em outros países reforça a importância das políticas públicas na melhoria dos sistemas agroalimentares e na continuidade pela busca da segurança alimentar. A estratégia da entidade para 2022 busca alavancar as suas áreas de conhecimento, premiando as práticas que alcançam o padrão Quatro Melhores (Four Best) em termos de nutrição, produção, ambiente e qualidade de vida.

No contexto da segurança alimentar nacional, o Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) opera as Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais. Uma série de Fs são levados em consideração: (i) ***f****ood* – no combate à fome; (ii) ***f****orests* – na luta contra o desmatamento em áreas protegidas; (iii) ***f****isheries* – na promoção da aquicultura e da pesca sustentáveis; (iv) ***f****ire* – na missão contra incêndios em áreas florestais; e (v) já em português, **f**undiários – na abordagem aos temas da segurança do direito de posse e do acesso equitativo a terra, pesca e florestas.

> **“A NOVA CULTURA DE CONHECIMENTO E APRENDIZADO ALIMENTARES PASSA POR INFORMAÇÕES SOBRE AS ORIGENS E OS PROCESSOS DE PRODUÇÃO DOS ALIMENTOS.”**

> **“É PRECISO PRODUZIR MAIS SEM AMPLIAR A ÁREA PRODUTIVA E PRESERVANDO OS RECURSOS NATURAIS.”**

A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL AJUDA A COMBATER A FOME?

RZ: É claro. Inclusive, entre os Quatro Melhores, está o do ambiente. Neste ano, com a liderança do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e da FAO, começou oficialmente a Década das Nações Unidas da Restauração de Ecossistemas 2021-2030. O foco está em proteger e deter a degradação, com a restauração e a revitalização dos ecossistemas para alcançar os ODS. É preciso produzir mais sem ampliar a área produtiva e preservando os recursos naturais. Deve-se acabar com a ideia de que conservar, sustentar e reduzir emissões de GEE afeta o desenvolvimento produtivo.

A mudança climática impacta a agricultura e a produção de alimentos. Sem precedentes, os sistemas agroalimentares são confrontados com novas ameaças de megaincêndios de florestas, eventos climáticos extremos, enxames de gafanhotos e ameaças emergentes como a pandemia atual. Conservar a biodiversidade e reduzir a pressão sobre os recursos naturais e os ecossistemas nunca foi tão importante para a nossa alimentação, saúde e sobrevivência. ■

FRASES & COMENTÁRIOS



FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL

Temos uma posição clara para mostrar a prestação de serviços ambientais e a conservação da floresta nativa dentro das propriedades rurais.

JOAQUIM LEITE, ministro do Ministério do Meio Ambiente (MMA)

A promoção da imagem do agronegócio brasileiro será fundamental para combater o recrudescimento do protecionismo no comércio internacional.

Percepções equivocadas sobre os produtos agropecuários brasileiros poderão resultar em barreiras comerciais contra o Brasil nos próximos anos.

CARLOS FRANÇA, ministro do Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Podemos desenvolver a nossa potência agroambiental se tivermos o carimbo da Amazônia preservada sem desmatamento ilegal.

MARCELLO BRITO, presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

A compra de créditos de carbono se tornou um instrumento necessário para atingirmos a meta de *status* de carbono neutro até 2030.

Da nossa pegada de carbono, cerca de 40% serão reduzidos com energia renovável, enquanto 60% estarão voltados para mitigar o que não conseguimos reduzir.

ALEJANDRO GIRARDI, diretor de Assuntos Públicos, Ciência e Sustentabilidade para a América Latina da Bayer Crop Science

O Brasil também terá um papel-chave como portador de soluções para enfrentar as mudanças do clima e promover a descarbonização.

TEREZA CRISTINA, ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

O Programa de Imagem e Acesso a Mercados do Agronegócio Brasileiro (PAM AGRO) promove eventos, pesquisas e divulga conteúdos e mensagens-chave ao público estrangeiro.

Intensificaremos o combate contra as distorções causadas pela desinformação a respeito do agronegócio brasileiro.

AUGUSTO PESTANA, presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil)

O setor empresarial pode mobilizar recursos humanos e investir na inovação tecnológica para uma nova economia de baixo carbono.

Temos conhecimento acumulado para que o País possa aproveitar as oportunidades no mercado de carbono. Chegou a hora de avançarmos nessa agenda.

MARINA GROSSI, presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)

Proposições como o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) são importantes e devem avançar, mas, por questão de lógica, prudência e precaução, devem aguardar a 26ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-26/UNFCCC, nas siglas em inglês).

Precisamos ter uma legislação coerente com as regras internacionais, para não incorrermos no risco de produzir uma lei inexequível.

MARCELO DONNINI FREIRE, secretário adjunto da Secretaria de Clima e Relações Internacionais (SCRI/MMA)

DETERIORAÇÃO DO CENÁRIO

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

OS SINAIS de deterioração do cenário econômico brasileiro aprofundaram-se ao longo de outubro último. A inflação seguiu pressionada, com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 15 de outubro registrando uma variação de 1,20% e acumulando 10,34% em doze meses. As projeções apontam que o IPCA fechará em cerca de 9,00% neste ano e em um pouco mais de 4,00% no ano que vem.

A trajetória de desaceleração da inflação traçada pelo mercado é otimista ante o quadro macroeconômico em curso e as perspectivas adiante. Reconhecidamente, o comportamento da inflação brasileira guarda uma inércia relativamente elevada. Isso decorre do fato de que boa parte dos preços reajustados contratualmente no País, como aluguéis, por exemplo, possui cláusulas de reajuste automático pela inflação passada. Com o atual patamar de inflação próximo a 10%, esses preços devem ser reajustados de acordo com ele, o que deve perpetuar, em alguma medida, esse patamar inflacionário.

Adicionalmente, a política monetária tem reagido tardiamente à aceleração da inflação. No segundo semestre do ano passado, o diagnóstico do Banco Central do Brasil (BCB) era de que a alta da inflação era transitória e pontual, oriunda da elevação de preços dos alimentos e da depreciação da moeda brasileira frente às demais moedas. O comportamento da inflação no último trimestre de 2020 e nos primeiros meses deste ano mostrou que esse diagnóstico estava errado. No entanto, o BCB reagiu apenas em março, elevando a meta da taxa Selic em 0,75%. Desde então, o Comitê de Política Monetária (Copom) promoveu mais duas elevações de magnitude similar e duas altas de 1,00% na taxa Selic, trazendo-a para 6,25% a.a. em setembro último. No entanto, com esse patamar, a taxa de juros real continua negativa.

O BCB continua a apostar num cenário em que a inflação cairá mais adiante e que uma Selic próxima a 9,00% a.a. no final deste ano será suficiente para criar uma trajetória de desinflação consistente em 2022. Porém, a experiência recente parece mostrar que esse patamar de juros pode ser insuficiente para tal. Em 2015, quando o IPCA atingiu o patamar de 10,70%, a taxa Selic subiu de 12,25% a.a., em janeiro, para 14,25% a.a., em junho. Ela permaneceu, então, nesse patamar até outubro de 2016. Vale ressaltar que a inflação medida pelo IPCA em 2016 caiu para 6,30%, mas com uma queda do Produto Interno Bruto (PIB) de 3,30%.

Ao aparente atraso da política monetária, adiciona-se o fato de que a política fiscal para 2022 parece mostrar-se cada vez mais expansionista. Sob essa perspectiva, as medidas do governo federal no campo fiscal parecem sinalizar para uma orientação mais focada no âmbito eleitoral, o que, em outras palavras, se traduz em maiores estímulos à demanda agregada via gastos do Governo. Nesse aspecto, o lado fiscal representa um elemento adicional de pressão em termos de crescimento, o que não contribuirá para desacelerar a inflação no ano que vem.

Outros aspectos que trazem preocupação no campo inflacionário dizem respeito a novos potenciais choques adversos de oferta. A alta dos preços de energia (combustíveis e energia elétrica) ainda não foi inteiramente assimilada pelo sistema econômico, e novas elevações são possíveis no médio prazo. Questões climáticas também colocam dúvidas não apenas nos preços de energia, mas também nos dos alimentos, que podem ter novas elevações no ano que vem. Ou seja, não está inteiramente descartada a possibilidade de novos choques adversos que venham a alimentar a inflação por essas vias.

Além disso, ocorrerão eleições no Brasil em 2022, o que, ante o quadro político que atualmente se desdobra, tende a conferir um elevado grau de incerteza. Isso deve refletir-se nos preços dos ativos e, em particular, na taxa de câmbio. Assim, é razoável supor que a cotação do dólar exiba uma considerável volatilidade no ano que vem, o que tende a afetar a inflação doméstica.

Dado esse cenário, as perspectivas para a economia brasileira em 2022 não são das melhores, e, se antes se imaginava que o PIB poderia apresentar algum crescimento, a tendência é de que o País volte a registrar uma nova queda. ■

PROGRAMA DE IMAGEM E ACESSO A MERCADOS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

Lançado em 2017 como resultado da parceria entre a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e o setor privado, além do apoio dado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Programa de Imagem e Acesso a Mercados do Agronegócio Brasileiro (PAM AGRO) entra no seu segundo ciclo, de 2021 a 2023. O foco da atual edição está voltado para o continente europeu por dois motivos: (i) ser este considerado o grande influenciador da opinião pública internacional; e (ii) ser ele um dos principais destinos das exportações do Brasil. Ao todo, quatorze entidades setoriais do agronegócio trabalham em conjunto para impulsionar a exportação, melhorar a percepção internacional e disseminar informações sobre sustentabilidade, segurança e tecnologia dos produtos nacionais.

METAS DO PLANO ABC+ PARA 2030

Em abril de 2021, o MAPA apresentou as bases estratégicas do Plano ABC+, tendo em vista o novo ciclo até 2030. Foram mantidos os incentivos às tecnologias para evitar as emissões de de gases do efeito estufa (GEE) e promover a adaptação nas áreas produtivas. Nas metas lançadas em outubro último, quando comparadas àquelas estabelecidas para 2010-2020, a área será expandida para 72,0 milhões de hectares (+103%) e as emissões evitadas de GEE alcançarão 1,1 bilhão de toneladas (+547%). Esses números serão apresentados na Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas para a Mudança Climática (COP-26/UNFCCC, nas siglas em inglês) ainda neste mês.

PLANO ABC+ PARA 2030

TECNOLOGIAS	Milhões de hectares
Recuperação de pastagens degradadas	30,0
Sistemas de integração	10,1
Sistema de plantio direto (hortaliças)	12,5
Sistemas irrigados	3,0
Florestas plantadas	4,0
Uso de micro-organismos	13,0
TOTAL	**72,6**

Fonte: MAPA

CRESCE O REBANHO BOVINO NACIONAL EM 2020

O rebanho bovino nacional cresceu pelo segundo ano consecutivo em 2020, após dois anos seguidos de queda. É o segundo maior tamanho da série histórica iniciada em 1974. No ciclo atual, os pecuaristas estão em fase de retenção no abate de matrizes, com aumento no número de animais e bezerros. Neste ano, os preços do boi gordo e do bezerro seguem em patamares altos. Esse quadro desestimula as compras dos consumidores no mercado interno, enquanto as exportações deverão alcançar números recorde, impulsionadas pela demanda da China. A forte estiagem ao longo deste ano tem afetado a capacidade das pastagens de alimentar os bovinos.

BRASIL: REBANHO E ABATE DE BOVINOS (MILHÕES DE CABEÇAS)

ANO	Abate	Rebanho
2011	28,8	212,8
2012	31,1	211,3
2013	34,4	211,8
2014	33,9	212,3
2015	30,7	215,2
2016	29,7	218,2
2017	30,9	214,9
2018	32,0	213,5
2019	32,2	214,7
2020	29,2	218,1

Fonte: IBGE

CPR VERDE PARA SERVIÇOS AMBIENTAIS

Instituída pela Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, a Cédula de Produto Rural (CPR) tem sido um instrumento de crédito poderoso para atender a demanda do campo, como a operação *barter*, com a troca de insumos por produtos. Mais recentemente, na esteira da nova Lei do Agro (Lei nº 13.986/20), ampliou-se o rol de emissores, produtos e garantias com o processo de digitalização do título. A emissão da CPR Verde, de acordo com o Decreto nº 10.828, de 1º de outubro último, abre espaço para a execução do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), estabelecido no Código Florestal (Lei nº 12.651/12). O mercado estima que essas operações cheguem a R$ 30 bilhões em quatro anos.

AUMENTA A DEMANDA DE OVOS NA PANDEMIA

Entre 2011 e 2020, a avicultura de postura brasileira apresentou três aspectos importantes de crescimento a serem analisados. Primeiro, o aumento do alojamento de matrizes de 55,3%, tendo se consolidado em nível superior a 1 milhão de cabeças desde 2016. Segundo, a expansão substancial de 69,6% na capacidade de produção de ovos. E, terceiro, o aumento do consumo *per capita* em quilos de 54,9%. Esse processo continua neste ano, mostrando que o produto ganha espaço na pandemia em função de ser uma proteína bastante competitiva em termos de preços.

BRASIL: ALOJAMENTO, PRODUÇÃO E CONSUMO *PER CAPITA* DE OVOS

ANO	Alojamento (mil cabeças)	Produção (milhões de unidades)	Consumo *per capita* (quilos)
2011	928.234	31.554	162
2012	907.142	31.775	161
2013	976.985	34.121	168
2014	1.073.184	37.245	182
2015	981.788	39.511	191
2016	1.339.457	39.182	190
2017	1.086.976	39.923	192
2018	1.372.651	44.487	212
2019	1.353.096	49.045	230
2020	1.441.548	53.533	251

Fonte: ABPA

APERTO NA OFERTA INTERNA DE ENERGIA

A oferta interna de energia no País somou 287,6 milhões de toneladas equivalentes de petróleo (Mtep) em 2020. Essa quantidade representa uma queda de 2,2% quando em comparação à do ano anterior. A ascensão das fontes eólica e solar na geração de energia elétrica e o avanço das fontes de biomassa de cana-de-açúcar e biodiesel ajudaram a sustentar a matriz energética nacional em um nível renovável bem acima do verificado em outros países. A retração das fontes não renováveis decorreu da pandemia do novo coranavírus, com a imposição de regras especiais para evitar aglomerções de pessoas. Neste ano, com a crise hídrica, assistimos, também, a um quadro dramático de redução na oferta interna de energia dos recursos renováveis.

BRASIL: OFERTA DE ENERGIA (MILHÕES DE TONELADAS EQUIVALENTES DE PETRÓLEO)

ENERGIAS	2019	2020	Var. %
1. RENOVÁVEIS	**135,6**	**139,1**	**2,5**
Biomassa de cana	52,8	54,9	4,0
Hidráulica	36,4	36,2	-0,1
Lenha e carvão vegetal	25,7	25,7	0
Outras	20,7	22,3	7,7
2. NÃO RENOVÁVEIS	**158,3**	**148,5**	**-6,2**
Petróleo e derivados	100,9	95,2	-5,6
Gás natural	35,9	33,8	-5,8
Carvão mineral	15,4	14,0	-9,1
Urânio	4,3	3,7	-13,9
Outras	1,8	1,8	0
TOTAL (1 + 2)	**293,9**	**287,6**	**2,1**

Fonte: EPE/MME

SHUTTERSTOCK



PLANO ABC 2010-2020

Em 2009, de forma voluntária, o MAPA apresentou o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas Visando à Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC) para o período de 2010 a 2020. As metas estabeleciam a adoção de tecnologias descarbonizantes para reduzir as emissões de GEE em 35,5 milhões de hectares, com mitigação de 133 milhões a 163 milhões de toneladas de CO_2 equivalente. Os resultados obtidos ficaram bem acima dos planejados, com 52,0 milhões de hectares (+46,5%) e mitigação de 170 milhões de toneladas de CO_2 equivalente (+14,8%).

UM ANO DECEPCIONANTE PARA A AGROINDÚSTRIA BRASILEIRA

ROBERTA POSSAMAI[1], FELIPPE SERIGATI[2]

Contrariando as análises iniciais, a produção da agroindústria não está atingindo o nível esperado para o ano. Mesmo com as quedas na maioria dos meses, a agroindústria acumula uma alta de 3,8%. É importante destacar que a base de comparação está contaminada pelos efeitos da primeira onda de COVID-19, em 2020, que foram muito adversos para o segmento de produtos não alimentícios, mas benéficos para o de produtos alimentícios e bebidas. Ainda se espera que a produção agroindustrial termine o ano em campo positivo.

O ANO de 2020 foi marcado pelas turbulências causadas pelo início da pandemia de COVID-19, que atingiram não só a agroindústria brasileira, mas a economia como um todo. Apesar disso, a produção agroindustrial iniciou 2021 em uma trajetória de recuperação, com expectativas positivas, e o crescimento anual teria sido derivado tanto da herança estatística existente, como da esperança de uma expansão efetiva. Infelizmente, ao contrário do que se imaginava, o ano não está sendo um dos melhores para o setor.

Embora a produção acumule uma alta de 3,8% neste ano (janeiro a agosto últimos frente ao mesmo período de 2020) – derivada de um crescimento de 14,4% em produtos não alimentícios e uma contração de 4,6% em produtos alimentícios e bebidas –, é notável a perda de fôlego mês após mês. Vale lembrar que essa diminuição de ritmo é observada em ambos os segmentos agroindustriais, uma vez que tanto produtos alimentícios e bebidas quanto produtos não alimentícios voltaram, nos últimos meses, a operar em um patamar similar ao de 2019 (dois anos atrás!). Nesse sentido, constata-se que, em agosto último, a agroindústria registrou a sexta contração do ano na comparação mensal.

Porém, é importante salientar que, mesmo com essa perda de dinamismo, é bem possível que o setor termine este ano em campo positivo – mas isso só será viável devido à estreita base de comparação. Diante disso, a alta de produção da agroindústria deverá ser puxada, notadamente, pelo segmento de produtos não alimentícios,



SHUTTERSTOCK

que, em 2020, se contraiu em 7,3%, tendo sido impactado fortemente pelas consequências da primeira onda de COVID-19 no País.

AGROINDÚSTRIA EM QUEDA NOVAMENTE

De acordo com o Índice de Produção Agroindustrial (PIMAgro), do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro), a agroindústria contraiu-se em 0,4% em agosto último frente ao mês imediatamente anterior, já considerados os ajustes sazonais.

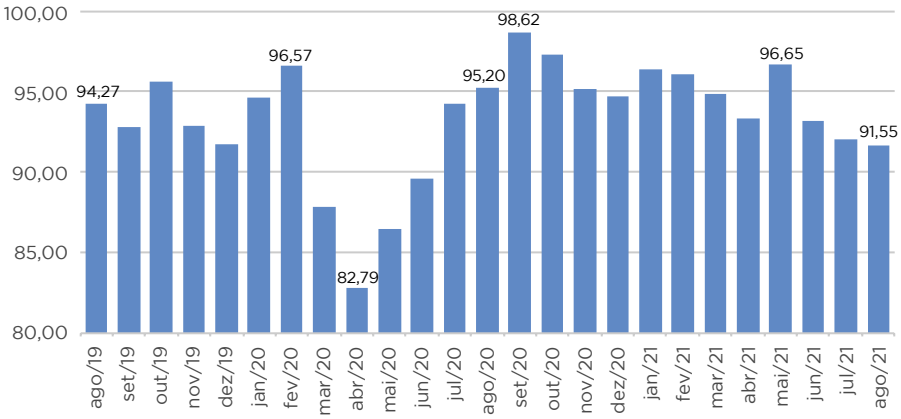
O segmento que puxou a agroindústria para baixo foi o de produtos não alimentícios, que se retraiu em 1,8%. Dentro desse segmento, a queda foi quase que generalizada, sendo a única exceção o setor de produtos florestais (alta de 1,5%). Os destaques de queda foram os setores de insumos agropecuários (-5,7%), produtos têxteis (-0,9%) e fumo (-2,9%) – todos apresentaram três contrações consecutivas nos últimos meses.

Por sua vez, o segmento de produtos alimentícios e bebidas apresentou uma leve expansão, de 0,9%, após dois meses seguidos de queda. O crescimento foi derivado de uma forte alta de bebidas, que se expandiu em 5,2%, após uma queda de 7,6% em julho último. O setor de produtos alimentícios manteve-se praticamente estável frente ao mês anterior (-0,2%).

DESACELERAÇÃO EVIDENTE NA AGROINDÚSTRIA AO LONGO DO ANO

A contração da produção agroindustrial observada em agosto último não é algo isolado, uma vez que corresponde à terceira queda consecutiva e à sexta retração do ano (na comparação mensal) até o momento. Ou seja, claramente, o setor vem enfrentando adversidades ao longo deste ano. E isso tem se dado por conta de, notadamente, dois aspectos:

ÍNDICE DO VOLUME DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL
(BASE FIXA COM AJUSTE SAZONAL; BASE 100 = MÉDIA DE 2012)



Fonte: IBGE; elaboração: FGV Agro

- A agroindústria, bem como os demais elos industriais, depara-se com o aumento dos custos, a desorganização da cadeia produtiva e a dificuldade de acesso a algumas matérias-primas. Todos esses fatores prejudicam a oferta de bens agroindustriais. Esse cenário, vale ressaltar, foi uma consequência, sobretudo, das primeiras medidas de isolamento social que foram necessariamente adotadas para tentar conter o espalhamento da COVID-19 no Brasil e no mundo.

- Ademais, o processo inflacionário vem reduzindo a renda real das famílias e o mercado de trabalho ainda se mostra desaquecido. Além disso, a economia brasileira (e a mundial) tem perdido ritmo. Todos esses aspectos reduzem a demanda pelos produtos, bem como diminuem a produção, inclusive a agroindustrial.

Em outras palavras, na agroindústria, há problemas afetando tanto a oferta, quanto a demanda por bens. Como reflexo disso, a produção do setor vem em trajetória de desaceleração, fazendo com que a distância do patamar produzido em relação ao do período pré-pandemia aumente ao longo do tempo. Isto é, em setembro de 2020, a agroindústria havia voltado a operar em um nível similar ao de fevereiro de 2020 (antes da chegada da COVID-19 ao País), porém, a partir de então, o cenário foi mudando. Desta forma, em agosto último, a produção do setor estava 5,1% menor do que no período anterior à pandemia, operando em um patamar próximo ao de 2019.

A mesma dinâmica aparece quando se consideram os grandes segmentos que compõem a agroindústria. No caso dos produtos não alimentícios, a produção também caiu em seis dos oito meses do ano com dados disponíveis. Assim, o segmento está operando em um nível 3,7% inferior ao de fevereiro de 2020.

No segmento de produtos alimentícios e bebidas, apesar da alta no mês, também se observa uma perda de ritmo, que vem desde o ano passado. Ou seja, após a forte expansão da produção de alimentos e bebidas ao longo da primeira onda de COVID-19, o segmento entrou em uma trajetória de desaceleração e, desde o último trimestre de 2020, está operando em um patamar similar ao de dois anos antes. Desta forma, em agosto último, o segmento de produtos alimentícios e bebidas estava em um nível 6,3% inferior ao de fevereiro de 2020. ■

1 Mestre em Economia Agrícola pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP) e pesquisadora do FGV Agro – roberta.possamai@fgv.br

2 Doutor em Economia pela FGV-EESP, professor e pesquisador do FGV Agro – felippe.serigati@fgv.br

QUEDA NO PREÇO E PREJUÍZO NO CONFINAMENTO

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO*

Quem precisou vender o gado em setembro/outubro último deparou-se com um cenário de preços em queda, devido à paralisação dos embarques para a China. A rentabilidade do confinamento deste ano dependerá do prazo para a retomada dos embarques de carne bovina para o país asiático. Para não dar prejuízo, a arroba deve atingir o preço mínimo de R$ 312,00 em São Paulo.

EM SETEMBRO último, a confirmação de casos de encefalopatia espongiforme bovina (EEB) atípica em Minas Gerais e Mato Grosso levou à suspensão das exportações para a China e outros mercados. No entanto, para a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), nada mudou no *status* sanitário brasileiro, pois a expansão da doença segue como insignificante.

Com a suspensão das exportações para a China, os frigoríficos reduziram as compras e estão trabalhando com escalas de abate mais enxutas nas últimas semanas, sendo que algumas indústrias têm pulado dias de abate ou anunciado férias coletivas.

No mercado de boi gordo, essa situação apresenta-se por meio do aumento da

SHUTTERSTOCK



oferta de gado oriundo de confinamento e do consumo interno fraco. Essa combinação elevou a pressão negativa sobre os preços da arroba do boi por parte dos compradores.

Após definida essa questão com a China, a expectativa é de que as vendas para o mercado externo continuem firmes no restante do ano. Além disso, a sazonalidade de consumo do último bimestre no mercado interno traz um cenário positivo, com preços mais firmes no mercado de boi gordo.

IMPACTOS SOBRE OS RESULTADOS DO CONFINAMENTO

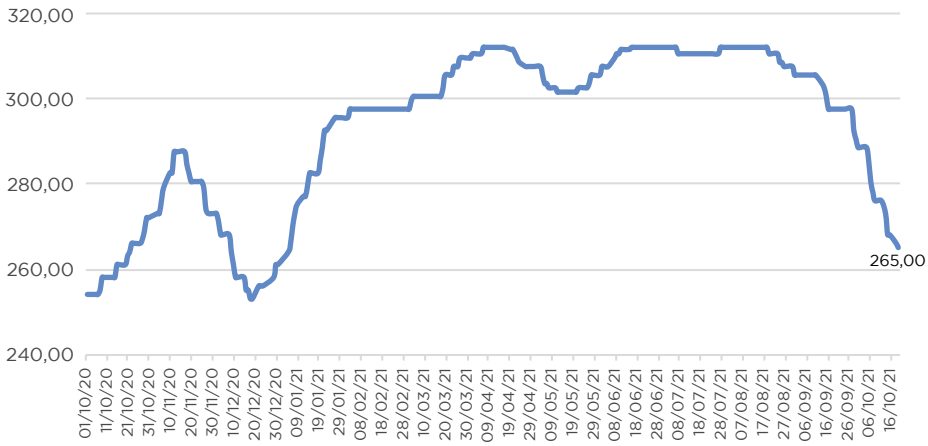
Esse cenário de retração nos negócios pode ser avaliado no sistema de engorda de bovinos em confinamento em São Paulo. A entrada e a retenção dos animais ocorrem em 90 dias, iniciando-se em agosto, e a saída do confinamento e a venda para abate dão-se no final de outubro.



A previsão do ganho de peso diário é de 1,6 quilo e o rendimento de carcaça, de 56%. Na análise elaborada, foi considerado um custo médio da diária de R$ 17,50 por cabeça e o preço de aquisição do boi magro de R$ 4.300 por cabeça no estado.

Para o preço de venda do boi gordo, foi utilizada a cotação vigente no mercado físico em 20 de outubro último, de R$ 265,00 por arroba em São Paulo.

SÃO PAULO: PREÇOS DO BOI GORDO
(R$ POR ARROBA, LIVRES DE IMPOSTOS)



Fonte: Scot Consultoria

SÃO PAULO: ESTIMATIVA DE RESULTADO ECONÔMICO DA ENGORDA DE BOVINOS EM CONFINAMENTO EM 2021

ENTRADA NO COCHO	1º de agosto
Peso do boi magro	12 arrobas ou 360 quilos
Preço do boi magro	R$ 4.300,00 por cabeça
Custo da diária	R$ 17,50 por cabeça
Dias de cocho	90
CUSTO TOTAL	R$ 5.875,00

SAÍDA DO COCHO (90 DIAS + 1 DIA)	30 de outubro
Preço de venda do boi gordo	R$ 265,00 por arroba
RECEITA TOTAL	R$ 4.986,24

RESULTADO	-R$ 888,76 por cabeça

Fonte: Scot Consultoria

No cenário apresentado, o resultado é de um prejuízo de R$ 888,76 por bovino confinado no segundo giro deste ano. O ponto de equilíbrio está em R$ 312,00 por arroba em São Paulo.

Para uma comparação, em agosto último, mês de fechamento desse gado no confinamento, o preço do contrato do boi gordo no mercado futuro (B3) com vencimento para outubro estava cotado em torno de R$ 325,00 por arroba. E esse valor resultaria em um lucro de R$ 240,20 por cabeça confinada. ■

* Zootecnista da Scot Consultoria

ELAS SÃO O ORGULHO DO AGRO!



VIVIAN BIALSKI
Diretora de Comunicação da Corteva Agriscience

O DIA Internacional da Mulher Rural, celebrado em 15 de outubro, tem muito significado para o agronegócio. Instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU), essa data tem por objetivo estimular a reflexão sobre a importância das mulheres no desenvolvimento das áreas rurais, na melhoria da segurança alimentar e na erradicação da pobreza.

Em 2018, a Corteva Agriscience decidiu conduzir uma pesquisa com mais de 4 mil mulheres rurais em dezessete países, incluindo o Brasil – que teve uma das maiores amostragens, com cerca de quinhentas mulheres.

Queríamos ter uma fotografia de como a mulher rural observa a sua situação dos pontos de vista de inserção, desenvolvimento e igualdade de gênero. Ficamos surpresos em ver que, mesmo com uma amostra tão diversificada, com países que tanto diferem socioeconomicamente, como Alemanha, França, Argentina, Brasil, Canadá, EUA, Índia e China, os resultados não foram tão discrepantes. De modo geral, apesar de 91% dessas mulheres expressarem orgulho de estar no agro, mais da metade ainda percebia a desigualdade de gênero em seu dia a dia.

De volta a 2021, em discussões de Grupos de Trabalho, percebemos que as mulheres estavam mais presentes, com voz mais ativa e à frente dos negócios. Elas deixaram de ter uma posição secundária. Aquela pessoa que apenas apoiava o marido na atividade rural deu lugar à protagonista que faz a gestão da sua lavoura de ponta a ponta. Ficamos curiosos para entender o que poderia ter mudado desde 2018, ano em que realizamos a nossa pesquisa. Quando soubemos da pesquisa que seria liderada pelas Agroligadas, entendemos que poderia ser uma grande oportunidade para obter uma fotografia nova e atualizada da situação da mulher no agronegócio. Afinal, será que, de fato, algo havia mudado nos últimos três anos?

EVOLUÍMOS, MAS AINDA HÁ DESAFIOS

Com a pesquisa, foi possível constatar que a mulher, hoje, já está em outro momento no mercado agrícola brasileiro e que a sua inquietude promoveu mudanças consideráveis para o setor como um todo. No entanto, há barreiras que ainda precisam ser conhecidas por toda a sociedade para que, assim, possam ser enfrentadas e sanadas. E essa é a importância da pesquisa.

Destaco, aqui, alguns dos principais achados do estudo e que nortearão muitas das nossas ações futuras em prol da equidade e do empoderamento feminino.

A pesquisa revelou um número que nos deixou muito felizes: 93% das brasileiras expressaram muito orgulho de trabalhar no campo ou na indústria agrícola. Por outro lado, quando o assunto é a desigualdade de gênero, 64% das entrevistadas acreditam que esse problema cerca a cadeia do agronegócio, mesmo com 79% afirmando que a situação de hoje é melhor do que dez anos atrás. Os dados sobre a desigualdade nos trazem um tom de otimismo se considerarmos que a percepção de desigualdade era de 78% em 2018. Houve uma evolução!

Para 26% das entrevistadas, essa igualdade deverá chegar ao agronegócio em menos de dez anos. Segundo 90% delas, para que isso possa acontecer, é necessário: dar visibilidade aos projetos de sucesso; aumentar a capacidade de treinamento; e ter acesso ao crédito de forma igualitária, para que os investimentos em maquinários, processos e capacitação de profissionais possam seguir na mesma proporção que a dos homens.

Apesar da diminuição da percepção de desigualdade de gênero, um ponto ainda chamou a atenção: 54% das mulheres acreditam que ganham menos do que



os homens. O acesso a financiamento – importantíssimo para quem produz – é mais um gargalo. Do ponto de vista de igualdade de confiança do setor financeiro para aquisição de linhas de crédito, apesar de 49% das mulheres dizerem ter as mesmas facilidades, um terço ainda afirma ter menos acesso do que os homens. No entanto, 80% das mulheres buscam financiamento para empreender. Ainda há muito trabalho a ser feito nessa questão.

EFEITOS DA PANDEMIA E O OLHAR PARA O FUTURO

Um dado curioso que a pesquisa revelou é que a pandemia acelerou um avanço no tema da tecnologia. Houve um aumento no uso de novas soluções proporcionado pela adoção do trabalho a distância, já que 41% das mulheres ligadas à produção rural trabalham em centros urbanos, sendo que 66% delas dizem ter acesso suficiente à tecnologia para a execução de seus trabalhos. Até pouco tempo atrás, era difícil imaginar a possibilidade de gerir uma propriedade rural a distância, mas vemos que isso já é uma realidade.

Quando o assunto é o futuro, as preocupações das mulheres na produção rural são bem variadas. Uma taxa de 95% delas prezam pelo bom desempenho dos negócios, seguido por estabilidade financeira (93%), realização profissional (92%) e futuro dos filhos (83%).

Esse olhar de cuidado é percebido, também, quando elas são questionadas sobre o que esperam para sua rotina de trabalho e para sua vida pessoal e familiar em um futuro próximo. Para 95% das entrevistadas, melhorar a capacitação profissional está entre as principais prioridades; 90% querem aumentar a capacidade produtiva de suas propriedades; e 82% sonham em ter mais tempo para si próprias.

Ao nos depararmos com todos esses dados, o saldo é bem positivo. Os números de 2021 mostram que houve uma evolução desde a última pesquisa, realizada em 2018. Ainda há desafios a enfrentar, mas estamos no caminho certo!

Nós, da Corteva, temos estabelecido importantes parcerias para promover a capacitação e o empoderamento da mulher rural. Exemplo disso é a Academia de Liderança das Mulheres do Agronegócio, lançada há quase três anos pela Corteva em parceria com a Fundação Dom Cabral (FDC) e a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). Mais recentemente, lançamos o "Eu, Mulher do Agro", em parceria com a ONG Foco Empreendedor, um programa de capacitação direcionado para pequenas produtoras que vivem em regiões mais remotas. Promover o desenvolvimento das mulheres é um compromisso da Corteva, presente em muitas outras ações que implementamos na companhia.

Queremos que, cada vez mais, as mulheres brasileiras se orgulhem da posição que ocupam no agronegócio! ■



SHUTTERSTOCK

SETE DÉCADAS DO CICLO DA PECUÁRIA DE CORTE

OS CICLOS plurianuais dos preços da arroba de boi gordo destinado ao abate mostram movimentos peculiares da pecuária de corte brasileira. Os dados apurados na segunda metade do século XX ajudam a compreender a dinâmica dessa atividade. Com temporadas de baixa e de alta, as oscilações das cotações do gado e da carne têm se intercalado ao longo do tempo.

Assim, quando diminui a disponibilidade de animais prontos para serem entregues aos frigoríficos, seus valores inflam junto aos das demais categorias do rebanho (bois magros, bezerros e matrizes). Essa é a conjuntura do setor desde 2019. Para recompor o rebanho, os criadores vendem menos e diminuem a matança de vacas, como ocorreu em 2020.

Esse comportamento impulsiona a produção de bezerros e a reposição dos animais do rebanho de cria. Os anos de 2020 e 2021 carregam essas características do setor. Em 2022, fica a questão quanto à quantidade de bois dirigidos ao abate e de novilhas para reposição das vacas descartadas.

DIRIMIR AS CURVAS DE PREÇOS

Nesse período de sete décadas, o ciclo de preços do boi gordo depara-se com dois tipos bem definidos de curva:

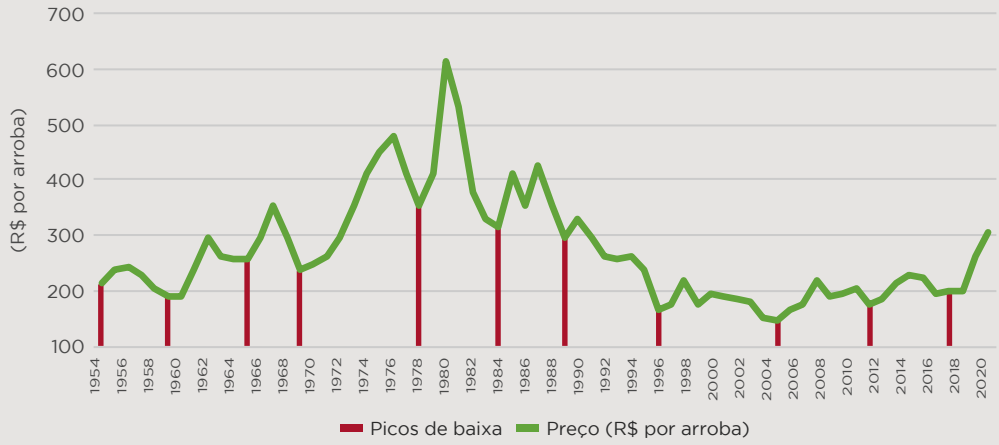
- O primeiro vai até o começo da década de 1990, com uma trajetória ascendente dos preços. A demanda interna estava concentrada na carne bovina, enquanto a tecnologia da

SHUTTERSTOCK



EVOLUÇÃO DO PREÇO DA ARROBA DE BOI GORDO DE 1954 A 2021*

(R$ POR ARROBA, DEFLACIONADOS PELO IGP-DI)



*Média até outubro de 2021
Fonte: IEA/SAA

sua produção seguia sem ganhos de produtividade;

- O segundo dá-se na década de 2000, com a queda de preços. Houve um crescimento na oferta de outras proteínas animais, em especial da avicultura, seguida da suinocultura.

ANOS DE BAIXA E ALTA NOS PREÇOS DO BOI GORDO

ANOS DE BAIXA										
1954	1959	1966	1969	1978	1984	1990	1996	2005	2012	2018

ANOS DE ALTA										
1956	1962	1967	1974	1980	1986	1988	2000	2008	2015	2021

Fonte: IEA/SAA



Muito interessante é observar os anos com picos nos preços de alta e baixa no boi gordo.

Em meados da década de 1990, o controle da taxa interna de inflação trouxe mais estabilidade e previsibilidade para os negócios. Até então, visto como uma reserva de valor, o boi no pasto ficava salvo da desvalorização diante do intenso processo inflacionário existente no País.

MERCADO DE PREÇOS FIRMES E TRANSIÇÃO

Durante as últimas sete décadas, a expansão da pecuária brasileira deu-se junto à ampliação da fronteira agrícola. Agora, esse processo ganha outas conversões. Enquanto as áreas ficam mais distantes, os marcos ambientais, jurídicos e de bem-estar animal forçam a criação bovina a buscar novas trilhas para desenvolver.

Os processos de intensificação tecnológica inovam os produtos e os serviços das empresas. O calor, a luminosidade e as chuvas na primavera e no verão favorecem as pastagens. Mas há temperatura mais baixa, luminosidade menor e chuva restrita no outono e no inverno. Essas estações possuem efeitos opostos para o desempenho dos animais. Então, entram nesse jogo avanços na genética, no manejo e na sanidade dos rebanhos, com conhecimento do estado das pastagens para formular as suplementações alimentares.

No passado, a influência estava concentrada na demanda interna do brasileiro pela peça bovina. Agora, o peso das exportações na produção nacional de carne bovina tende a crescer. Os olhos precisarão estar atentos a fatores como taxa de câmbio e aspectos sanitários. No momento, os embarques dependem do mercado chinês, que precisa de proteína animal diante da febre suína que dizimou a sua suinocultura nacional. ■

National Wildlife Federation investe para atender o potencial agropecuário brasileiro

Há mais de 30 anos, a National Wildlife Federation (NWF) trabalha com parceiros internacionais e organizações locais, promovendo práticas agrícolas sustentáveis que ajudam a reduzir o desmatamento de florestas tropicais.
Atuando no Brasil com gado e soja, a NWF trabalha ao lado de empresas líderes no mercado, investidores, pesquisadores, e outros atores importantes, para promover soluções viáveis e resultados onde todos ganham, o mercado, a sociedade e o planeta.

A organização promove soluções pragmáticas para desvincular a agropecuária do desmatamento e impulsiona práticas sustentáveis e economicamente viáveis. Isso tudo para atender o potencial agropecuário brasileiro!
Reconhecendo que é fundamental trabalhar com técnicos brasileiros para chegar ao resultado desejado, a NWF começou a montar um time próprio para dedicação exclusiva aos trabalhos desenvolvidos no Brasil e atualmente está ampliando esse trabalho para outros biomas como o Cerrado.

Conheça a equipe da NWF no Brasil!



Francisco Beduschi

Líder da NWF no Brasil

Coordena os trabalhos da equipe no Brasil desde o planejamento até a execução e entrega de resultados, além da coordenção de trabalhos conjuntos com outras organizações parceiras no Brasil.



Katiuscia Moreira

Consultora técnica

Atua como ponto focal de avaliação de novas abordagens técnicas, ferramentas e soluções para o agronegócio para apoiar e promover uma cadeia de suprimentos sustentável, desvinculada do desmatamento.



Rodrigo Dias Lopes

Especialista em Agronegócio e Pecuária Sustentável

Atua no engajamento de frigoríficos e produtores, tanto na Amazônia como no Cerrado, na adoção de melhores práticas e apoia na implementações de práticas sustentáveis na cadeia de fornecimento.

international.nwf.org
international@nwf.org

É PRECISO PREPARAR-SE HOJE PARA CONTINUAR VENDENDO AMANHÃ

FRANCISCO BEDUSCHI NETO

Engenheiro-agrônomo e líder da National Wildlife Federation (NWF) no Brasil

O BRASIL começa a cumprir o seu papel de suprir a demanda global por alimentos, principalmente de carne bovina. De acordo com a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC), o Brasil exportou US$ 7,45 bilhões em carne bovina entre janeiro e setembro deste ano – 24% a mais do que em 2017. A China, os Estados Unidos (EUA) e a União Europeia (UE) respondem, juntos, por 73,8% dessa receita. Contudo, esse apetite vem acompanhado de novos critérios de compras. O Brasil pode atender esses critérios, mas, para capitalizar essa oportunidade incrível, é preciso compreender o que esses mercados desejam comprar.

A UE elaborou uma regulamentação que barra a venda de produtos vinculados a desmatamento no mercado europeu. Com a mesma finalidade, o Congresso dos EUA começou a discutir o Forest Act, que visa barrar a compra de produtos vinculados a desmatamento ilegal. Esses regulamentos não atingem somente a produção desenvolvida no Brasil ou na Amazônia, mas toda e qualquer área onde o hábitat atenda os critérios de floresta da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês): 10% de cobertura de árvores, 5 metros de altura e mínimo de 0,5 hectares.

Além da legislação, as empresas também estão mudando. Na Europa, empresas importadoras de carne bovina já começam a dialogar com seus fornecedores sobre critérios de compra para a cadeia de fornecimento também no Cerrado. Na China, a China Meat Association (CMA) publicou, em maio deste ano, as suas "Especificações para o 'Comércio Verde' da Indústria de Carne", estabelecendo requisitos para as importações de carne. De lá pra cá, as empresas começaram a se preparar para incorporar esses requisitos na gestão de suas cadeias de abastecimento.

Para o Brasil, essa é uma excelente oportunidade, pois pode aliar produção e conservação. Além disso, as empresas importadoras chinesas e europeias têm mantido diálogo e buscado parceria com frigoríficos para colaborar no desenvolvimento de soluções. Agora, é preciso estabelecer um sistema de informações robusto que garanta a qualidade socioambiental da produção. Diversos frigoríficos já trabalham para melhorar a gestão de suas cadeias de suprimento e, para isso, têm utilizado três grandes ativos brasileiros: o Cadastro Ambiental Rural (CAR); o projeto de Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (PRODES); e a Guia de Trânsito Animal (GTA).

Assim, para garantir que seremos capazes de responder a esses consumidores, precisamos trabalhar três pontos:

- **Transparência** – é fundamental conciliar acesso aos dados públicos e proteção das informações pessoais para que a indústria frigorífica possa responder sobre a qualidade socioambiental da carne;

- **Planejamento de longo prazo** – é preciso garantir que o PRODES Cerrado – irmão mais novo do PRODES e que tem a mesma função que ele, porém com foco no Cerrado – seja implementado de forma definitiva e anual;

- **Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)** – é importante tornar operacional o novo programa de PSA do Brasil, para atrair financiamento internacional e desbloquear as barreiras que limitam a escala e o impacto do bom trabalho que os agricultores podem fazer.

Esses três pontos, aliados à inegável capacidade técnica e de trabalho do agronegócio brasileiro, ajudarão a assegurar que cumpramos o nosso papel de ser o grande supermercado do mundo. ■

AS OPORTUNIDADES DO MERCADO DE CARBONO PARA O BRASIL

EDUARDO BASTOS
Diretor de Sustentabilidade da Bayer na América Latina e colíder da Força-Tarefa Mercado de Carbono da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura

GABRIELA SAVIAN
Diretora adjunta de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e colíder da Força-Tarefa Mercado de Carbono da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura

JOSÉ CARLOS FONSECA JUNIOR
Diretor executivo da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá) e colíder da Força-Tarefa Mercado de Carbono da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura

O BRASIL tem uma grande oportunidade de se destacar na recuperação da economia em bases sustentáveis e ser pioneiro na construção de um modelo de desenvolvimento econômico de baixo carbono. Esse é um caminho cada vez mais almejado pelo mundo diante da crise climática e da necessidade de se buscar prosperidade econômica, social e ambiental para todos. Tal expectativa explica-se pelo fato de o País possuir características que fazem dele uma potência agroambiental, ou seja, uma nação que pode continuar sendo uma grande produtora e exportadora mundial de alimentos e, ao mesmo tempo, o maior país em biodiversidade, com grandes áreas de floresta tropical, que podem gerar uma economia sustentável a partir de soluções baseadas na natureza.

Concretizar esse potencial passa por um engajamento firme dos diversos setores do País no esforço global de mitigar as emissões de gases do efeito estufa (GEE). As diversas iniciativas existentes nessa direção precisam ser reconhecidas e valorizadas. Uma das maneiras com potencial de escala necessário para a manutenção do limite de aumento da temperatura média em até 1,5 ºC dá-se pela valorização dos ativos ambientais, por meio da precificação e da comercialização de créditos oriundos do carbono evitado ou absorvido, com a regulação desse mercado de carbono.

Alguns fatores tornam-se necessários para que o mercado de carbono ganhe pujança e robustez e para que todos os benefícios a ele associados – dos pontos de vista ambiental, econômico e social – possam acontecer e, mais importante, alcançar toda a sociedade e os biomas do País.

MARCO REGULATÓRIO PARA O PAÍS

Um desses fatores é a criação de um marco legal no Brasil que estabeleça os parâmetros para o mercado de carbono e mecanismos de equilíbrio na oferta e na procura de créditos. Isso é importante para trazer segurança jurídica às iniciativas nacionais, subnacionais e do setor privado, que já existem e crescem em escopo e volume. Diversos mecanismos são bem-vindos, desde que coerentes com o princípio da integridade ambiental. Mas um marco regulatório que conviva de forma complementar com mercados regulados já existentes e futuros é fundamental.

Por isso, diferentes organizações da sociedade civil, incluindo a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, acompanham de forma próxima a tramitação do Projeto de Lei nº 528/21, que regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE).

De igual importância, é inserir o setor de uso da terra nesse mercado, de forma ampla, como um meio de mitigar as suas emissões e atrair investimentos. Um estudo recente da International


SHUTTERSTOCK

Chamber of Commerce (ICC Brasil) em parceria com a WayCarbon indica um potencial de geração de créditos de carbono em três setores-chave do País: agro, florestas e energia. Esse potencial é estimado em no mínimo 107 milhões de toneladas de carbono equivalente até 2030, o que geraria pelo menos US$ 493 milhões de receitas no período.

Nesse contexto, e também considerando os esforços de pagamento por serviços socioambientais, entram as florestas e todas as atividades relacionadas à sua conservação, com especial atenção para a Amazônia e o Cerrado, biomas que exigem o restabelecimento de políticas públicas e arranjos público-privados para a manutenção dos serviços ecossistêmicos prestados e a remuneração daqueles que os protegem. Programas públicos de pagamento por resultados de redução de emissões de GEE por desmatamento e degradação, integrados aos diferentes projetos de reflorestamento, de restauração florestal, de recuperação de áreas degradadas, de agricultura de baixo carbono e de pagamentos por serviços ambientais, podem gerar créditos que interessarão a empresas, investidores e governos. Ao mesmo tempo, as florestas são essenciais como provedoras de água, reguladoras de clima e para a biodiversidade, elementos importantes também para o agronegócio. Portanto, a relação aqui é de ganha-ganha.

O MERCADO E O ACORDO DE PARIS

Outro fator relevante está no cenário internacional. O Acordo de Paris, no seu art. 6º, prevê a regulamentação de um mercado mundial de carbono. Isso é fundamental, porque representa a possibilidade de conectar oferta e demanda em nível global e de abrir caminhos para intensificar a implementação de soluções sustentáveis em diferentes setores da economia, além de ajudar a estabelecer metodologias mais viáveis e escaláveis para a certificação de créditos de carbono.



O Brasil, que foi protagonista, no passado, na criação de mecanismos de crédito no âmbito do Protocolo de Kyoto, tem aprendizados e contribuições importantes para dar à regulamentação do art. 6º, sendo um dos países com maior potencial para se beneficiar do mercado de créditos de carbono. Nesse cenário, têm papéis significativos os governos nacional e subnacional, com a ampliação da ambição climática e da redução do desmatamento e da degradação florestal, assim como o agronegócio, que contribui para a redução das emissões e das remoções de carbono, auxiliando, também, na manutenção dos serviços ecossistêmicos.

Em outubro último, a Coalizão Brasil publicou um documento intitulado "Recomendações para a COP 26", para dar apoio aos negociadores brasileiros na Conferência do Clima, apresentando recomendações e sugerindo soluções para que o Brasil concretize as suas metas. Um dos cinco eixos principais desse documento é sobre a regulamentação do mercado de carbono. O movimento defende que o mercado de carbono regulado pelo Acordo de Paris incorpore a agropecuária e as florestas.

É importante lembrar que a Coalizão Brasil é um movimento multissetorial, com a participação do agronegócio, de organizações da sociedade civil, da Academia e dos setores privado e financeiro, e que as recomendações e as soluções sugeridas nesse documento são o resultado de um intenso processo de diálogo e escuta de diferentes pontos de vista.

O Brasil é um dos países com maior potencial de atrair investimentos para a mitigação das suas emissões, principalmente a partir dos esforços nos setores de uso da terra, trazendo oportunidades econômicas, geração de emprego e competitividade e promovendo a conservação de recursos naturais fundamentais e prosperidade para a sociedade como um todo. ■

CPR VERDE: FERRAMENTA PARA INCREMENTAR A RENDA E DIVERSIFICAR A PRODUÇÃO

ANDRÉ RICARDO PASSOS DE SOUZA*

Nesta edição, vamos interromper a nossa 'programação normal' para tratar da Cédula de Produto Rural (CPR) Verde, um instrumento recentemente regulamentado pelo governo federal para auxiliar o produtor rural na diversificação das suas fontes de renda e na captação de mais recursos financeiros. Se for viabilizada, a CPR Verde será um ótimo negócio.

EM 1º de outubro último, foi editado pelo governo federal o Decreto nº 10.828, para regulamentar a emissão de CPRs relacionadas às atividades de conservação e recuperação de florestas nativas e de seus biomas, com base na chamada "Lei do Agro" – Lei nº 13.986/20, que instituiu a possibilidade de emissão de CPRs de florestas nativas, doravante chamadas de CPRs Verdes.

O referido Decreto trata como "produtos rurais" a serem objetos da emissão da CPR Verde aqueles produtos obtidos por meio de atividades relacionadas à conservação e à recuperação de florestas nativas e de seus biomas que resultem em: (i) redução da emissão de gases do efeito estufa (GEE); (ii) manutenção ou aumento do estoque de carbono florestal; (iii) redução do desmatamento e da degradação de vegetação nativa; (iv) conservação da biodiversidade; (v) conservação dos recursos hídricos; (vi) conservação do solo; ou (vii) outros benefícios ecossistêmicos; reconhecendo, ao fim e ao cabo, tais produtos ou subprodutos como produção rural para todos os efeitos da legislação vigente, tudo em consonância com a inovação já advinda da referida Lei do Agro.

A regulação da CPR Verde acaba por consagrar e materializar o que já se sabe há muito: o agronegócio brasileiro produz e preserva com grande sucesso e competência. Assim, oportuniza-se, por meio da nova regulação, ao produtor rural que é cumpridor das normas de preservação ambiental e de manejo sustentável de sua produção agropecuária a maximização da sua renda e a minimização dos custos de captação de recursos financeiros.

Isso se dá porque a legislação propicia ao produtor rural, além do acesso a novas receitas derivadas da sua própria produção rural que ele não poderia vender até então – já que difusas na própria natureza e não cartularizadas ou formalizadas por meio de títulos de fácil aceitação e circulação no mercado, como a CPR –, a possibilidade de acessar operações de financiamento de sua produção rural por meio das novas modalidades de financiamento materializadas sob a designação de "finanças verdes" ou financiamentos ESG (sigla em inglês para sustentabilidade ambiental, social e de governança corporativa). Usualmente, estes encerram taxas de juros menores e/ou até mesmo incentivadas postas à disposição de quem estiver apto a certificar a sua produção e/ou operação como uma operação "ambientalmente sustentável" nos termos da legislação.

Assim, na prática, podemos imaginar um produtor rural pessoa física (PF) que possui uma área na região Sudeste do Brasil com, por exemplo, o total de 10.000 hectares e cuja produção rural propriamente dita (produção tradicional) somente pode ser realizada em 8.000 hectares da propriedade (área agricultável), já que o restante da área – 2.000 hectares (20% da área) – corresponde a Reserva Legal (RL). A Tabela 1 traz uma simulação do rendimento desse produtor neste ano com base na sua produção rural, considerando apenas a receita de venda dos produtos que já produz na área agricultável – sem a venda dos subprodutos de preservação ambiental.

Vejam que, mesmo optando pelo regime fiscal menos oneroso para pagar o seu Imposto de Renda (IR), a renda líquida do produtor é apurada a partir de um teto de R$ 8.000.000,00 no caso em questão, já que esse produtor pode utilizar apenas o percentual de 80% da sua propriedade rural (área agricultável) para produzir (e vender) os seus produtos rurais, deixando de auferir renda relativa a uma parcela da sua propriedade (2.000 hectares) que corresponderia a RL.

Agora, imaginemos o mesmo produtor rural, na mesma área, porém passando a utilizar a sua totalidade (10.000 hectares): 8.000 hectares para a produção de produtos rurais tradicionais; e 2.000

hectares para a emissão de CPR Verde para financiamento e venda de direitos decorrentes de atividades ambientalmente sustentáveis.

Assim, para o exemplo, consideramos a premissa de que o novo negócio de venda de serviços ambientais possui um custo estimado de R$ 500 mil para a sua estruturação (incluindo laudos, certificação internacional, registro e oferta de operações no mercado de capitais etc.). A receita adicional estimada é de R$ 1.000.000,00. Ou seja, consideramos uma receita de R$ 500,00 por hectare (R$ 1.000.000,00/2.000 hectares) com a CPR Verde, o que pode ser uma premissa conservadora. A Tabela 2 traz a representação do livro-caixa da atividade rural.

Ora, podemos, a partir de uma simples análise da Tabela 2, inferir que o teto da receita do produtor rural, representado pelos cálculos da coluna F, foi acrescido de mais R$ 1.000,000,00, de uma nova receita ou receita adicional de venda de novos produtos rurais derivados da emissão de CPR Verde (coluna G), que foi o fator que gerou a referida renda consolidada do produtor rural, de R$ 3.005.000,00. Além de aumentar a renda do produtor, gera outros benefícios em termos de redução de custos em linhas de financiamento (finanças verdes) que não foram quantificados no exemplo apresentado.

Tal fato somente se tornou possível pela "entrada no jogo" de uma parcela significativa da propriedade rural, que passou a gerar renda direta ao produtor rural em vez de benefícios ambientais difusos por meio da preservação ambiental – que não deixaram de ser produzidos e divididos com a sociedade sob a forma de externalidades positivas, é claro.

Esses benefícios ambientais da produção rural e da manutenção de áreas verdes – RL, Áreas de Preservação Permanente (APP), descarbonização, manejos sustentáveis, entre outros – foram trazidos e corporificados diretamente para aquele que explora a atividade agropecuária de forma sustentável, materializando o que antes era difuso, por meio da emissão de um título de ampla utilização pelos produtores rurais e que é a base de todo o sistema de financiamento da produção rural.

É nítido, então, que, apesar de alguns desafios ainda existentes para a transformação dessa nova produção rural em realidade – como, por exemplo, a formação de um mercado efetivo de CPR Verde e a definição dos parâmetros técnicos da certificação dessa produção rural –, a regulamentação posta possibilita a maximização da renda no campo e traz uma nova perspectiva em termos de percepção de valor do negócio do produtor rural. Além de tudo, essa nova renda situa-se no âmbito dos demais benefícios aplicáveis aos financiamentos obtidos pelos produtores por meio da emissão de CPR. Mas essa também é outra história, que vamos contar mais adiante. Bons negócios e até breve! ■

TABELA 1: APURAÇÃO FISCAL DO PRODUTOR RURAL PF EM 2021

RUBRICAS DO LIVRO-CAIXA	Valor (R$)
(A) Total de receitas	8.000.000,00
(B) Despesas/custos	-5.000.000,00
(C) Resultado (A - B)	**3.000.000,00**

APURAÇÃO FISCAL DO PRODUTOR RURAL PF	Custo fiscal (R$)
(D) Imposto a pagar na opção Lucro Real (C x 27,5%)*	**825.000,00** (3.000.000,00 x 27,5%)
(E) Imposto a pagar na opção Lucro Presumido (A x 5,5%)**	**440.000,00** (8.000.000,00 x 5,5%)
Renda líquida do produtor rural (C - E, o menor IR apurado)	**2.560.000,00** (3.000.000,00 - 440.000,00)

*Alíquota máxima do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF)
**20,0% x 27,5% referentes à alíquota máxima do IRPF

TABELA 2: APURAÇÃO FISCAL DO PRODUTOR RURAL PF COM CPR VERDE EM 2021

	Atividade rural tradicional (F)	CPR Verde (G)
RUBRICAS DO LIVRO-CAIXA	Valor (R$)	Valor (R$)
(A) Total de receitas	8.000.000,00	1.000.000,00
(B) Despesas/custos	-5.000.000,00	- 500.000,00
(C) Resultado (A - B)	**3.000.000,00**	**500.000,00**

APURAÇÃO FISCAL DO PRODUTOR RURAL PF	Custo fiscal (R$)	Custo fiscal (R$)
(D) Imposto a pagar na opção Lucro Real (C x 27,5%)	**825.000,00** (3.000.000,00 x 27,5%)	**137.500,00** (500.000,00 x 27,5%)
(E) Imposto a pagar na opção Lucro Presumido (A x 5,5%)	**440.000,00** (8.000.000,00 x 5,5%)	**55.000,00** (1.000.000,00 x 5,5%)
Renda líquida do produtor rural (C - E, o menor IR apurado)	**2.560.000,00** (3.000.000,00 - 440.000,00	**445.000,00** (500.000,00 - 55.000,00)
Renda consolidada do produtor rural em 2021	**3.005.000,00** (2.560.000,00 + 445.000,00)	

*Professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) e sócio-fundador do Passos e Sticca Advogados Associados (PSAA)

FIAGRO: O MULTIMERCADO DO AGRO

LUIZ CLÁUDIO CAFFAGNI*

Os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) trazem flexibilidade, acessibilidade e abrangência para o crédito privado no agro. No entanto, a regulamentação provisória limitou seu alcance até que sejam testados pelo mercado.

INSTITUÍDOS PELA Lei nº 14.130/21, os Fiagro foram criados com a finalidade de direcionar de forma mais versátil e eficiente recursos do mercado de capitais para o agronegócio. Por meio da criação de fundos de investimento, os Fiagro possibilitam que pessoas físicas ou jurídicas (inclusive estrangeiros) possam investir no agro brasileiro.

Do lado dos tomadores de recursos, os Fiagro possuem uma abrangência plena: tanto em termos dos tipos de tomadores, contemplando a participação de produtores, cooperativas, indústrias, empresas etc., quanto em termos dos ativos que podem receber investimentos dos fundos, incluindo imóveis, direitos creditórios, ações e participações em empresas.

Do lado dos investidores, a Lei estendeu aos Fiagro o benefício de isenção de Imposto de Renda (IR) para as pessoas físicas (PFs), presente nos títulos do agronegócio e no mercado imobiliário.

Nesse primeiro momento, com o objetivo de agilizar o seu lançamento, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a Resolução nº 39/21, a qual permitiu que os Fiagro fossem constituídos rapidamente, mas de maneira restrita. Essa decisão levou à segregação dos fundos em: Fiagro-Direitos Creditórios, Fiagro-Participações e Fiagro-Imobiliário (ver boxe).

Com isso, os Fiagro perdem (temporariamente) o caráter abrangente em favor da agilidade.

FUNCIONAMENTO

Diferentemente de um crédito rural, no qual participam somente o produtor/cooperativa e o banco/cooperativa de crédito; no financiamento por meio



SHUTTERSTOCK

de um fundo de investimento, existem diversos atores que, juntos, garantem aos tomadores e aos investidores uma estrutura segura e regulada.

Os principais atores desse universo são, além dos quotistas (investidores) e dos devedores (tomadores de crédito), os administradores dos fundos, os gestores, os custodiantes e os distribuidores (ver boxe).

A estruturação de um fundo de investimento é uma iniciativa de algum dos participantes da cadeia de crédito que identifica a existência de demanda e oferta de financiamento. No caso dos Fiagro, o setor de insumos (revendas, cooperativas e indústrias) tem um papel fundamental na criação do fundo, com ajuda dos próprios gestores de fundos, AgTechs e instituições financeiras.

A constituição de um fundo de investimento é deliberada formalmente pelo seu administrador, que aprova o seu regulamento e o registra na CVM[1].

O regulamento de qualquer fundo de investimento é o documento que reúne as "regras do jogo", agregando todas as informações, como riscos que o quotista corre, procedimentos, atores, remuneração perseguida, taxas cobradas etc.

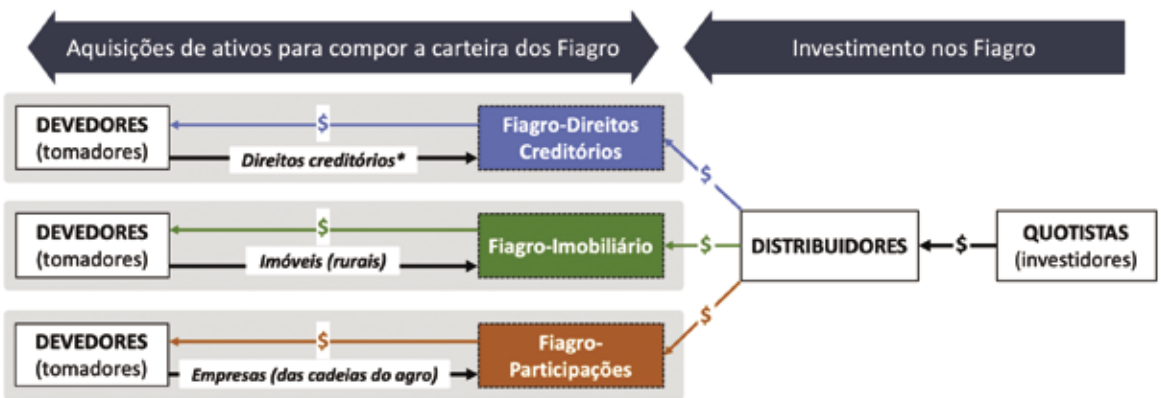
As figuras a seguir ajudam a visualizar as estruturas simplificadas das três modalidades de Fiagro citadas anteriormente.

A Figura 1 mostra, de maneira conceitual, os fluxos de investimentos pelos quotistas e de aquisições de ativos pelo respectivo fundo. Note que os Fiagro estão segregados em termos de aquisição de ativos, não havendo, por enquanto, a possibilidade de diversificação entre eles.

Como é possível notar na Figura, o Fiagro-Imobiliário permite a aquisição de terra para investimento na produção agropecuária, com os recursos captados de investidores. Isso faz com que muitos atores possam entrar na atividade agropecuária sem possuir terras ou ter habilidade no tema.

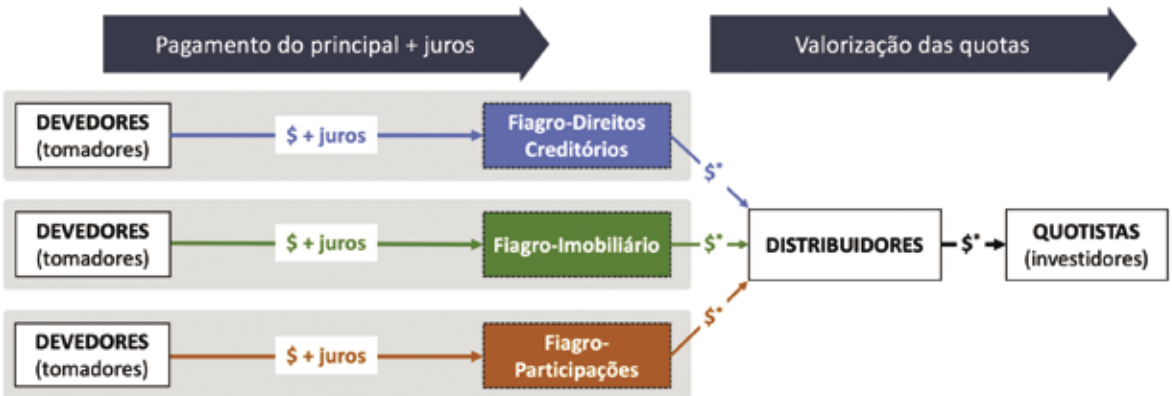
Outro caso particular de utilização do Fiagro-Imobiliário pelo produtor foi

FIGURA 1: FLUXOS DE INVESTIMENTOS E AQUISIÇÕES DE ATIVOS DOS FIAGRO



*CPR, CDA/WA, CRA, CRI etc.

FIGURA 2: FLUXOS DE PAGAMENTO E VALORIZAÇÃO DAS QUOTAS DOS FIAGRO



*Principal + remuneração

destaque do artigo na edição anterior da ***Agroanalysis***, que mostrou que o produtor pode incorporar as suas terras a um Fiagro trocando-as por quotas do fundo, passando a pagar arrendamento pelo uso das suas terras ao Fiagro. Nesse processo de "troca" da propriedade direta da sua terra por quotas de um Fiagro, é realizada a (re)avaliação da sua terra a valor de mercado, diferindo o pagamento do IR pelo ganho da valorização do imóvel para o momento do resgate ou alienação das respectivas quotas.

Já a Figura 2 representa o pagamento dos respectivos financiamentos acrescidos das taxas de juros e a valorização das quotas dos fundos.

PRIMEIRAS OPERAÇÕES

Em meados de outubro último, figuravam em consulta no site da CVM vinte Fiagro constituídos, dos quais dezessete eram Fiagro-Imobiliário e três eram Fiagro-Direitos Creditórios.

A preferência pela constituição de Fiagro-Imobiliário pode estar relacionada ao perfil do investidor. Enquanto esse tipo pode ser acessado por investidores de varejo, os Fiagro-Participações e Fiagro-Direitos Creditórios são mais restritos, podendo ser acessados apenas por investidores "qualificados" e "profissionais" (investidores mais familiarizados com os mercados financeiro e de capitais). ■

1 Como os fundos de investimento são considerados valores mobiliários, conforme o inciso V do art. 2º da Lei nº 6.385/76, devem ser regulados pela CVM

2 As normas do fundo de investimento estão em processo de consolidação e aprimoramento pela CVM. A proposta já passou por audiência pública e encontra-se em análise pela autarquia

*Consultor financeiro no agronegócio especializado em derivativos e crédito, membro do Conselho de Administração da Sombrero Seguros e professor dos Programas de Pós-graduação Lato Sensu da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Fundação Getulio Vargas (FGV) – luiz.caffagni@sombreroseguros.com.br

FUNDOS DE INVESTIMENTO[2]

Os fundos de investimento são condomínios de investidores que aplicam recursos conjuntamente em diversos ativos, de acordo o regulamento do fundo. O investidor transforma-se em titular de quotas em uma quantidade proporcional ao volume de dinheiro investido.

A lista (não exaustiva) de atores dos fundos inclui:

- Quotista;
- Devedor;
- Administrador;
- Gestor;
- Custodiante;
- Agente de controladoria;
- Agência de classificação de risco;
- Auditor independente;
- Consultor especializado;
- Escritório de advocacia;
- Distribuidor;
- Infraestrutura de mercado financeiro;
- Regulador (CVM).

TIPOS DE FIAGRO

FIAGRO-DIREITOS CREDITÓRIOS

Também conhecidos como fundos de recebíveis do agronegócio, podem ser acessados somente por investidores qualificados e profissionais.

O fundo aplica os seus recursos predominantemente em direitos creditórios, que são direitos e títulos representativos de crédito originários de operações realizadas no segmento do agronegócio. Esse tipo de Fiagro compra direitos creditórios à espera do recebimento de uma remuneração, que será transferida aos quotistas.

Os recebíveis do agro são a Cédula de Produto Rural (CPR), o Certificado de Depósito Agropecuário e o Warrant Agropecuário (CDA/WA), o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) etc.

FIAGRO-PARTICIPAÇÕES

São fundos que podem aplicar recursos em companhias que atuam nas cadeias agroindustriais, adquirindo ações ou participação societária em empresas limitadas. Também são acessados por investidores qualificados e profissionais.

FIAGRO-IMOBILIÁRIO

Os fundos dessa categoria podem adquirir imóveis rurais, direitos creditórios imobiliários relativos a imóveis rurais e títulos de securitização emitidos com lastro nesses direitos creditórios (como o Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI), além de CRA e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) que apliquem mais de 50% de seu patrimônio nos referidos direitos creditórios.

COMEMORAÇÃO DO DIA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO DE 2021

Este Caderno exalta o Dia Mundial da Alimentação, comemorado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 16 de outubro. Essa data merece reflexão, tendo em vista o período dramático da pandemia de COVID-19 e suas variantes. Como importante protagonista desse setor no mundo, cabe ao Brasil enaltecer o significado desse dia, com o registro das apresentações e dos depoimentos de personalidades dos setores público e privado.

DEMANDA DE ALIMENTOS COM PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

RAFAEL ZAVALA

Representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) no Brasil

Esta é uma oportunidade para falarmos sobre a necessidade urgente de transformar o sistema agroalimentar. Na reunião da Cúpula dos Sistemas Alimentares realizada em setembro último, em Roma, na Itália, esse tema veio à tona.

Sabemos que é possível e necessária a agropecuária sustentável de baixa emissão de gases, mas precisamos ir mais além. Com um sistema agroalimentar também sustentável, poderemos oferecer uma variedade de alimentos a preço acessível. Abastecidas, as pessoas não passarão fome e menos alimentos serão desperdiçados.

Esse modelo oferece segurança alimentar à população e às gerações futuras com bases econômicas, sociais e ambientais. É importante frisar que essa transformação se tornou mais urgente com o impacto da COVID-19 sobre a segurança alimentar do mundo.

Um relatório da ONU aponta que o estado da fome piorou em 2020. Com a crise econômica, a renda familiar caiu e os preços dos alimentos subiram. Muitas pessoas tiveram de rebaixar a qualidade nutricional. Na América Latina e no Caribe, 11,3 milhões de pessoas não conseguem mais pagar uma alimentação saudável.

A própria ONU chama a atenção para três reflexões com relação aos alimentos: quanto a (i) produzir, (ii) consumir e (iii) perdas e desperdício.

Como predomina a população que vive em grandes cidades, cabe ajustar o equilíbrio entre o urbano e o rural na América Latina. Isso significa organizar sistemas agroalimentares de produção curtos, de baixa pegada de carbono e com identidade territorial.

Juntam-se a isso a cultura da agricultura familiar e a agregação de valor das atividades rurais. Ambas ajudam a gerar estabilidade para o desenvolvimento local. Esse contexto envolve a migração para os núcleos urbanos e a vida nas zonas rurais, sendo importante conectar a internet para aumentar a inclusão digital, o acesso a informação e a melhoria de vida.

Com uma estrutura institucional robusta, o Brasil pode reforçar os esquemas de governança para uma alimentação saudável das famílias. O pós-pandemia será um contexto para avaliar as experiências geradas e realizadas, tendo em vista as que funcionaram bem e as que devem mudar.

Como exemplo bem-sucedido, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) se tornou referência no mundo. A distribuição de alimentos nas escolas promove a inclusão social, com a participação dos pais, enquanto a resiliência das comunidades fortalece a estabilidade do abastecimento. Para as mulheres, o preparo de alimentos representa uma fonte importante na geração de empregos.

Na América Latina e no Caribe, as perdas e o desperdício dos alimentos são expressivos: (i) de 11,6%, em torno de 22 milhões de toneladas, no valor de US$ 150 bilhões; (ii) em 8% de 30% das emissões globais atribuídas ao sistema alimentar; e (iii) de 1,4 bilhão de hectares (30% das terras agrícolas do mundo).

Cerca de 250 quilômetros cúbicos do processamento das embalagens de alimentos podem contribuir para o aumento de perdas e desperdício. Segundo um relatório da FAO, as embalagens representaram 36% do total de 40 milhões de toneladas de plásticos produzidos em 2015.

As práticas de produção sustentáveis ajudaram a mudar a cultura de consumo dos alimentos, que continuará crescente. A FAO busca atuar em estreita colaboração com os países na agricultura, na silvicultura e na pesca.

As mudanças baseadas nas inovações tecnológicas e institucionais serão fontes para o crescimento econômico renovável. Para estimular isso, a FAO estabeleceu critérios para escolher os melhores casos de quatro marcos estratégicos quanto a produção, nutrição, ambiente e qualidade de vida.



ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL SEM DESPERDÍCIO

MARCOS MONTES

Secretário executivo da Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

A data de 16 de outubro marca a comemoração do Dia Mundial da Alimentação. Estamos num momento que exige reflexão diante das vidas tiradas pela pandemia. Perdemos muitos irmãos e irmãs. Do ponto de vista da economia, há um estrago enorme.

Na parte executiva do MAPA, olhamos para o insumo moderno de alta tecnologia, eficaz e de baixo risco. No Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), oferecemos para a população alimentos saudáveis da agricultura familiar. Orgulhamo-nos da nossa sanidade com o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF), respeitado por 160 países importadores. Na pesquisa agropecuária, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) destaca-se como um marco de referência mundial.

Caminhamos na linha de implementação do Código Florestal e compromisso com a regularização fundiária. Envolvemos cerca de 6 milhões de propriedades rurais e procuramos dar destaque ao pequeno produtor.

Aprovamos os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) para levar financiamentos privados aos produtores. A Cédula de Produto Rural (CPR) Verde possibilitará crédito para serviços agroambientais. Esses instrumentos garantem segurança jurídica para o produtor operar com rentabilidade e sustentabilidade. Com isso, preparamo-nos para criar condições de alimentar o mundo.

Convivemos com um momento de extrema dificuldade internacional. Há uma queda na fabricação de fertilizantes e defensivos em face de problemas nos próprios países produtores. As preocupações envolvem questões de logística no fluxo e de distribuição dos produtos.

Enquanto faltam contêineres para movimentar o comércio, aparecem as notícias de vazios nas prateleiras de distribuição em diversos países. Nessa nossa comemoração, entre o público e o privado, o importante é falar com a mesma linguagem. Com um trabalho conjunto, não isolado, venceremos os obstáculos para sustentar uma alimentação saudável sem desperdício.

DIFUNDIR A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NACIONAL AO MUNDO

MÁRCIO RODRIGUES
Gerente de Agronegócios da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil)

Temos uma enorme satisfação em estar no meio de tantas entidades importantes para o agronegócio brasileiro, junto ao MAPA, para celebrar o Dia Mundial da Alimentação, bem como, obviamente, os 76 anos da FAO. Essa entidade defende, até hoje, a segurança alimentar no Planeta, com um papel decisivo no nosso futuro.

Sabemos os benefícios de uma alimentação saudável tanto no aspecto físico do indivíduo, quanto no mental. A alimentação correta traz mais disposição para a realização da atividade diária e melhora a autoestima e a vida profissional e social das pessoas.

O avanço na produção e no consumo de alimentos nas últimas décadas possibilitou atendermos, hoje, 7,5 bilhões de habitantes. Revolucionada nos últimos quarenta anos, a partir de muita ciência, tecnologia e inovação, a produção brasileira de alimentos serve cerca de 1 bilhão de pessoas significativamente no que diz respeito à segurança alimentar do Planeta.

Com várias entidades do agronegócio, o MAPA e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), a Apex-Brasil está lançando uma campanha para difundir a produção agropecuária brasileira para o mundo. Além de permitir maiores disponibilidade e acesso, tornando mais barato o alimento no mercado interno, o Brasil ganhou espaço para abastecer o Planeta. Esse ponto possui relevância quando se discute a segurança alimentar de 9 bilhões de pessoas em 2050.

Como potência agroambiental, o Brasil amplia a produtividade agropecuária ao mesmo tempo que preserva o meio ambiente. Daí parabenizarmos esse evento, reforçando o papel de destaque da FAO e das entidades aqui presentes. Deixamos a Apex-Brasil à disposição para o apoio e a continuidade dessa conversa.

SEM PERDER TEMPO, O BRASIL FEZ PROGRESSO

MARCOS AZAMBUJA
Diplomata de carreira e conselheiro emérito do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI)

Como uma grande data, associamos a comemoração do Dia Mundial da Alimentação ao Brasil ter se tornado um dos grandes produtores mundiais de alimentos. Isso traz visibilidade e prestígio, e as oportunidades abrem-se para tecnologias oriundas dos centros acadêmicos de pesquisa. Essa é uma das áreas nas quais o País não perdeu tempo e fez progresso.

Devemos incorporar no calendário anual essa data que o Brasil comemora pela sua relevância no tema. Sobre a agricultura brasileira, devemos muito a personalidades com quem aprendemos e por quem temos afeto, como Alysson Paolinelli, Marcus Pratini de Moraes, Roberto Rodrigues e Tereza Cristina.

Assim, a produção nacional de alimentos transformou-se numa grande potência. Somos um dos poucos países do mundo que não só se abastece, como também atende uma grande parte da humanidade.

Fazemos isso com um grande talento. Temos de associar cada vez mais a dinâmica do agronegócio com produtividade e meio ambiente. O Brasil não pode ser negligente, porque os ganhos acumulados se dissipam na ideia de que o País faz alimentos com sacrifício do meio ambiente. Temos de cuidar com harmonia das duas partes.

As datas mundiais dos alimentos e da proteção do meio ambiente são duas causas em igualdade. Chegaremos ao *status* de potência agroambiental dos nossos sonhos. A produção de alimentos tem sido um dos nossos principais motores, de modo que, ao comemorar esse dia e reconhecer e exaltar o trabalho ambiental, o Brasil continuará nesse caminho profícuo.

Pouco a pouco, transformamo-nos em um país indispensável na construção da segurança alimentar mundial. Isso é uma grande causa para a humanidade se alimentar, ser feliz e ter saúde. Ao felicitar os condutores da agricultura brasileira, lembramos o serviço da diplomacia em favor dessa boa causa. Continuaremos juntos: o Brasil é grande e merece o nosso esforço.

O NOSSO PROPÓSITO E A NOSSA VOCAÇÃO

DANIEL GUIDOLIN
Presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais (ASBRAM) e diretor operacional da Premix

É uma honra participar desse evento em que a FAO comemora o Dia Mundial da Alimentação. De início, prestamos a nossa homenagem aos agricultores responsáveis pela produção de alimentos. Não podemos deixar de comentar a insegurança alimentar que pode chegar a até 2 bilhões de pessoas, em torno de um quarto da população no mundo.

Como brasileiros, temos uma grande responsabilidade na solução desse problema, com uma produção segura de alimentos. Possuímos potencial para fornecer proteína de qualidade a baixo custo. Os nossos rebanhos bovinos são alimentados em pastagens de qualidade e com suplementos de alta tecnologia.

Temos o boi verde e saudável, com uma longa história caminhada e percorrida. Continuamos a reduzir as áreas de pastagem degradadas e seguimos com aumentos na produtividade da pecuária. Esses são o nosso propósito e a nossa vocação.

FAZEMOS PARTE DO AGRONEGÓCIO

JOSÉ EDSON GALVÃO DE FRANÇA
Presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação (Abinpet)

Nessa comemoração do Dia Mundial da Alimentação, lembramos que tanto o ser humano como os animais precisam de uma boa nutrição. As nossas empresas associadas também fazem parte do agronegócio. A maioria dos insumos e das matérias-primas utilizados na formulação e na produção de *pet food* é proveniente do agro, sem interferir na cadeia de alimentos das famílias.

Com quase 80% da receita de toda a indústria, o segmento *pet* gera um valor anual de R$ 26 bilhões. Apesar dos desafios enfrentados pela crise de COVID-19, quase 140 milhões de animais fazem parte das famílias. Parabenizamos a FAO por esse esforço de melhorar a produção e a distribuição de alimentos no mundo e ressaltamos o nosso comprometimento com a sustentabilidade da cadeia de alimentos no Brasil.

ALIMENTO AO ALCANCE DOS CIDADÃOS

CLORIALDO ROBERTO LEVRERO
Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo)

A Abisolo comemora e apoia o Dia Mundial da Alimentação. Muito importante para a saúde humana, o alimento deve estar ao alcance de todos os cidadãos, independentemente da classe social. As políticas de governo devem priorizar as condições para os agricultores realizarem reformas sustentáveis.

A produção de alimentos saudáveis, mais ricos e equilibrados ao menor custo possível faz parte da nossa missão. A garantia da segurança alimentar diminui a desigualdade hoje existente, enquanto a logística adequada evita perdas e desperdício de um bem tão precioso. Cada elo da sociedade deve contribuir para um mundo mais justo. A FAO e as entidades do agro apoiam esse movimento.

DISTRIBUIÇÃO DO SISTEMA ALIMENTAR

TULIO TEIXEIRA DE OLIVEIRA
Diretor executivo da Associação Brasileira de Defensivos Pós-Patente (AENDA)

Hoje, temos muito orgulho de ter participado do processo de crescimento significativo da produção nacional de alimentos, em especial nos últimos vinte anos. Os defensivos genéricos tiveram um papel de forte contribuição nessa próspera caminhada. Cumprimentamos a FAO pela celebração do Dia Mundial da Alimentação.

Aproveitamos essa oportunidade para transmitir uma mensagem geral para as lideranças mundiais e do Brasil. A nossa proposta vai no sentido de montar um plano de gestão de ordem global para uma distribuição mais equitativa do sistema agroalimentar. Desta maneira, as populações mais carentes – que, infelizmente, passam fome – poderão ter uma vida com mais esperança.

TECNOLOGIA COM INOVAÇÃO

EDUARDO DE SOUZA MONTEIRO

Presidente do Conselho de Administração da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda)

Compartilhamos a celebração dos quarenta anos do Dia Mundial da Alimentação em mais de 150 países. O vínculo entre a alimentação e os fertilizantes é essencial para atender quase 8 bilhões de pessoas que vivem no mundo hoje. O uso de fertilizantes vem auxiliar de forma expressiva o aumento da produtividade, com mais sustentabilidade para a produção em uma menor área.

Vivemos, nesse momento de pandemia, com os vínculos entre a saúde, a alimentação, o meio ambiente e as mudanças de clima. É necessário que o mundo se mova com rapidez diante dessa situação. O setor de fertilizantes no Brasil busca maior sustentabilidade, com trabalho focado na tecnologia e na inovação para produzir mais e melhor. Esperamos seguir empenhados em levar mais prosperidade à agricultura brasileira e mais alimentos à população mundial.

CONSCIENTIZAR A OPINIÃO PÚBLICA

JOSÉ ROBERTO PEREIRA DE CASTRO

Presidente da Associação Nacional dos Produtores e Importadores de Inoculantes (ANPII)

Queremos parabenizar a FAO pelo trabalho desses anos em prol da conscientização da opinião pública em relação à importância saudável e adequada dos alimentos. A celebração do seu Dia Mundial da Alimentação merece uma ampla reflexão, tendo em vista esse momento dramático da pandemia de COVID-19.

Com clareza, destacamos o nível de protagonismo alcançado pelo Brasil na oferta global de alimentos com qualidade e de forma sustentável. A comemoração dessa data carrega uma justificativa marcante. Temos, então, de pensar como deveremos colaborar para que esse padrão seja praticado e disseminado para todos.

ALIMENTOS COM PROSPERIDADE

CHRISTIAN LOHBAUER

Presidente da CropLife Brasil (CLB)

Cumprimentamos a FAO pela comemoração do Dia Mundial da Alimentação. A CropLife representa as empresas de sementes de biotecnologia e de defensivos agrícolas. Trabalhamos no combate à fome no mundo. Na produção e no consumo de alimentos com qualidade, só há o caminho com a utilização de tecnologia para atender mais de 10 bilhões de pessoas em 2050.

A produção precisa crescer cada vez mais em áreas menores. Com a genética e a riqueza vegetal do Planeta, novas técnicas para tratar a agricultura são desenvolvidas. Tudo isso tem sido feito pelo Brasil e por outros países do mundo. A meta essencial é produzir alimentos baratos com qualidade e gerar prosperidade para toda a humanidade.

RECOLHIMENTO DE EMBALAGENS NO CAMPO

JOÃO CESAR M. RANDO

Diretor-presidente do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV)

Parabenizamos a FAO pela criação do Dia Mundial da Alimentação. Esse momento de pandemia exige mobilização e reflexão para reduzir a falta de alimento a milhões de pessoas no mundo. O inpEV faz parte desse esforço pelo

meio ambiente, recolhendo 94% do volume de embalagens no campo.

A entidade também procura fazer os alimentos chegarem às pessoas que passam por dificuldades agravadas, hoje, pelo desemprego. No Dia Nacional do Campo Limpo, com o envolvimento de diversos elos da cadeia produtiva, recolhemos mais de 240 toneladas de alimentos, que foram distribuídas em torno das nossas unidades de recebimento de embalagens.

EM PROL DA SEGURANÇA ALIMENTAR

ELIANE KAY
Diretora executiva do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg)

Unimo-nos às outras entidades do agronegócio para celebrar o Dia Mundial da Alimentação. Este momento reafirma o compromisso de trabalhar em prol da segurança alimentar. Prestamos a nossa homenagem à FAO, criada pela ONU em 1945, que veio com a sua nobre missão de auxiliar os países no combate à fome e promover o desenvolvimento agropecuário.

O setor de defensivos carrega um caráter essencial para garantir o abastecimento da população. Estudos da própria ONU demonstram que as plantas sem ações de proteção sofrem uma perda excessiva de produtividade. Existe, portanto, a necessidade do uso correto e seguro de defensivos para garantir o acesso de todos a alimentos seguros e de qualidade.

HOMENAGEM A CARLOS FLORENCE

EDUARDO DAHER
Diretor executivo da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Vimos com a missão de prestar homenagem a um amigo conhecido por todos nós: Carlos Florence, que faleceu em 30 de junho último, com 83 anos. Foi o nosso decano no mercado de fertilizantes, tendo exercido funções por mais de 57 anos.

Nas últimas três décadas, atuou como diretor executivo da Associação dos Misturadores de Adubo do Brasil (AmaBrasil). Ajudou na formação profissional de muita gente. Escrevia crônicas com frequência, tendo publicado o livro intitulado "Ensaios da Solidão" em dezembro de 2018. Pessoa cordial e aglutinadora, com espírito associativo, chamava todos nós de meninos ou meninas. Deixou uma experiência grande. Vamos sentir a sua falta.

BRASIL SEM A EXISTÊNCIA DA FOME

MARCELLO BRITO
Presidente do Conselho Diretor da ABAG

É uma honra participar deste Dia da Alimentação, sobre o qual questionaria 'por que não chamar Dia da Nutrição?', considerando estes dois desafios: de um lado, a fome, pelo não acesso a comida; e, de outro, as doenças, devido a uma alimentação não balanceada.

No Brasil, nos alimentos, orgulhamo-nos de ser o quarto maior produtor e o terceiro maior exportador do mundo. Alimentos sobram, mas 28 milhões de pessoas aqui passam fome. Para a resposta de como podemos ser uma potência agroambiental com gente em estado de fome e pobreza, precisamos lançar um olhar de cidadania sobre esse problema terrível.

A pandemia trouxe desafios nas questões dos três Ss – **s**aúde, **s**anidade e **s**ustentabilidade –, com a condição de o Brasil ser um bom líder em todos eles. Como podemos traçar uma melhor distribuição de renda com acesso a educação e alimentação? Vamos nos unir nesta resposta: em sã consciência, não podemos aceitar a existência da fome no País. ■



SHUTTERSTOCK

NOVAS REFLEXÕES SOBRE O FUTURO

ESTE CADERNO comemora quinze anos de existência e traz uma coletânea de matérias sobre a carismática cadeia de pecuária de corte brasileira. As estatísticas mostram sete décadas do movimento cíclico dos preços da arroba de boi gordo. A ***Agroanalysis*** mostrou esse gráfico pela primeira vez no artigo "Pecuária de Corte: Reflexões sobre o Futuro", em maio de 1977.

Por trás desses valores, está a história de momentos empresariais repletos de emoções de uma atividade que interiorizou os espaços ocupados pela fronteira da agropecuária nacional. A dinâmica desse processo segue viva enquanto o Brasil assume a posição de segundo maior rebanho do mundo e lidera nas exportações do setor.

Com novos enfoques e raciocínios, os desafios não param de chegar. Antes, predominava a visão do mercado interno, com a interferência do Governo para minimizar os impactos da carne bovina sobre a taxa de inflação do País. Agora, com o negócio em dimensão global, os efeitos das decisões dos governos de outros países não deixam incólume o Brasil.

Nos próximos anos, a aplicação do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas Visando à Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura quanto ao ciclo 2030 (Plano ABC+) trará ganhos gerais para a produtividade na agropecuária. O controle do desmatamento e a recuperação de pastagens degradadas são apontados como medidas de solução. E vem, pela frente, a onda da descarbonização – sem exceção, seja na cria, na recria ou na engorda – de uma pecuária sustentável, amiga do meio ambiente.

LIDERAR A NOVA ECONOMIA VERDE



RICARDO A. RIBEIRAL
Diretor-presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (SINDIRAÇÕES) e diretor da Agroceres Multimix

O mundo está passando por um momento de dificuldades pós-pandemia. O Brasil e vários países sentem as suas consequências, com inflação nos preços dos alimentos e da energia. Além disso, o desbalanço na cadeia logística mundial gera aumentos nos custos de importação e exportação, com problemas de abastecimento de produtos-chave.

Apesar desse cenário, o nosso agronegócio deve bater recorde de exportação nas principais proteínas animais. Se somarmos aves, bovinos e suínos, devemos exportar mais de 7,5 milhões de toneladas neste ano. Em relação a 2020, o setor de aves deve exportar 4,5 milhões de toneladas (+8%) e o de suínos deve ultrapassar 1,1 milhão de toneladas (+45%). Na carne bovina, vínhamos com um crescimento nas exportações de

2% até setembro, quando tivemos dois casos de encefalopatia espongiforme bovina (EEB) de origem atípica, que paralisaram o comércio com a China.

Porém, esse sucesso nas exportações não reflete a realidade dos produtores. Com grande queda na produção, o preço do milho teve um forte aumento, enquanto a desvalorização do real e os custos logísticos internacionais pressionaram os valores de importantes matérias-primas importadas. As margens de comercialização se deterioraram. Atualmente, os suinocultores e os confinadores de boi operam no vermelho, sem contar outras atividades em dificuldades econômicas, como ovo e leite.

Apesar desse cenário, acreditamos no futuro promissor do nosso setor de proteína animal. A previsão climática para a safra 2021/22 está favorável, e, se tudo continuar assim, dado o aumento de área previsto, poderemos ter recordes na produção de milho, soja e outras importantes culturas. Isso deverá arrefecer os custos das carnes.

No médio e no longo prazos, o Brasil caminha para liderar a nova economia verde. Somos o país com a maior biodiversidade do Planeta e a maior área de preservação ambiental. São 282 milhões de hectares de matas nativas preservadas nas propriedades rurais. Robusto, o nosso Código Florestal faz do nosso produtor rural o mais conservacionista do Planeta. Precisamos ter orgulho do que fazemos, unir forças e mostrar ao mundo que produzir com sustentabilidade sempre fez e sempre fará parte da nossa história.

UMA ESPERANÇA PARA O AGRO SUSTENTÁVEL



DANIEL GUIDOLIN
Presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais (ASBRAM) e diretor operacional da Premix

O Brasil é o país que mais possui áreas dedicadas a preservação ambiental. É inegável! Qualquer cientista bem-intencionado sabe disso. Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o conjunto de áreas destinadas à vegetação nativa e preservada no Brasil totaliza 564 milhões de hectares, ou 66,3% do território. Apenas esse dado já deveria ser suficiente para o mundo todo respeitar o nosso País, mas, infelizmente, não é isso que ocorre.

Considerando a quantidade de notícias ruins relacionando o Brasil com problemas de sustentabilidade, sabemos que



SHUTTERSTOCK



A pecuária sustentável é um desejo do mercado.

Faça parte dessa realidade.

A DSM, por meio da marca Tortuga®, convida você, pecuarista, a seguir para o próximo passo: a pecuária sustentável.

Sustentabilidade é um assunto que a DSM trata com seriedade. Afinal, é um dos pilares que norteia as ações da empresa e é uma premissa básica para atender à demanda de alimentar uma população global com mais de 9,7 bilhões de pessoas até 2050.

Nós tornamos isso possível por meio de tecnologias inovadoras, que acompanham todo o ciclo produtivo do animal, proporcionando alto desempenho, melhor qualidade da carne e ótimos resultados financeiros.



Converse com nossa equipe. Juntos, transformaremos o jeito de produzir carne de qualidade com o máximo respeito aos recursos naturais.

0800 110 6262 | www.tortuga.com.br

/tortugadsm @tortuga.dsm /TortugaDSM

TORTUGA® Uma marca DSM

é preciso melhorar a situação. Podemos colocar a culpa desses ataques críticos na falta de uma boa comunicação ou no protecionismo de outros países, mas isso não funciona.

O jogo é duro, pesado e, muitas vezes, injusto com a verdade. Não adianta brigarmos com o mercado; temos de aprender a operar com as regras do jogo. Um dos caminhos que pode ser promissor para o Brasil virar o esquema, tanto economicamente, quanto na melhora da nossa imagem, é o mercado de crédito de carbono.

Segundo a consultoria financeira Refinitiv, o mercado de crédito de carbono aumentou 20% em 2020 e chegou a movimentar US$ 227 bilhões no mundo. Já está em pauta no Congresso Nacional um Projeto de Lei que prevê a regulamentação do mercado nacional de crédito de carbono. O texto ainda precisa de ajustes, mas já representa um grande avanço para o Brasil e uma esperança para o agro sustentável.

Esse novo mercado é uma extraordinária oportunidade para os pecuaristas que trabalham com eficiência em suas propriedades, reduzindo o tempo de abate de seus rebanhos ou produzindo mais leite por animal. Ele oferece, também, ótimas perspectivas para que os produtores sejam remunerados pelas florestas que estão preservadas em suas propriedades.

Ser remunerados por fazerem o que é certo fará com que os produtores sustentáveis aprendam a divulgar melhor o que fazem bem e com que os maus produtores – que são minoria – também queiram fazer o bem. De brinde, isso fará com que o Brasil produza ainda mais alimento.

ANIMAIS E TECNOLOGIA SÃO PEÇAS-CHAVE NA SUSTENTABILIDADE



RENATA FERNANDES
Gerente de Marketing da linha Premix da Elanco Saúde Animal

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o mundo tem apenas nove anos para reduzir as emissões de gases ou terá de encarar danos irreversíveis. Isso coloca foco na produção animal e traz uma grande questão: como alimentar o mundo e, ao mesmo tempo, diminuir os impactos do efeito estufa?

Essa é uma questão complexa e que deve ser avaliada sob o tripé econômico, ambiental e social.

Do ponto de vista econômico, é natural que o produtor busque uma maior rentabilidade, abrindo uma janela com a inserção de soluções que ampliem esse fator. Em gado de corte, por exemplo, uma forma de otimizar a rentabilidade é a melhora da conversão alimentar, ou ainda a redução das taxas de mortalidade e morbidade.

Na frente ambiental, a busca é pelo carbono zero. O setor tem feito grandes avanços, atingindo a mesma capacidade de produção de carne bovina de 1970 com um terço a menos de gado. Há outras iniciativas em curso, como é o caso do compromisso global firmado pela Elanco em neutralizar as suas emissões de CO_2 até 2030.

Já o pilar social é o mais importante nessa equação. Todos os esforços serão em vão se não tivermos uma solução que promova o acesso de todos a uma alimentação de qualidade. Hoje, as melhores práticas desse pilar são os projetos em gestão de pessoas e os programas sociais no campo ligados ao bem-estar de trabalhadores e animais.

Então, o caminho é este: seguirmos investindo na adoção de melhores práticas, lembrando que o tempo de implementação será crucial.

A inovação é uma parte fundamental desse processo. Temos, por exemplo, a inclusão de ingredientes que melhoram a digestibilidade das rações ou reduzem a produção entérica de metano, como é o caso dos aditivos ionóforos, que atuam no processo de fermentação ruminal. O conhecido ionóforo monensina, molécula presente há décadas no mercado brasileiro, recebeu a certificação de sustentabilidade pelo Environmental Technology Verification (ETV) em 2013, por reduzir a emissão de metano e nitrogênio nas fezes do gado em 20% quando administrado em doses específicas.

Já a nova molécula narasina, em um recente estudo da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), obteve bons resultados de alterações dos níveis de ácidos graxos voláteis (aumento de propionato e diminuição de acetato) em animais a pasto quando em comparação a outros aditivos. Essa rota fermentativa mitiga a produção de metano, fazendo com que o sistema de produção seja mais limpo e eficiente, um fator que responde às demandas da pecuária sustentável aqui e no mundo.

Vale refletir que o simples fato de produzir mais arrobas por hectare por ano já aufere sustentabilidade, uma vez que isso se dá, notoriamente, na intersecção entre os pilares econômico e ambiental.

SHUTTERSTOCK



Portanto, é necessário pensarmos de forma sistêmica na produção pecuária, atentos às inovações e aos processos que podem ser implementados antes e depois da porteira, e, acima de tudo, defendermos a produção animal como parte da solução para garantir alimento a todos com menos impactos nocivos sobre o meio ambiente.

DESAFIO NO CONTROLE COMERCIAL DE BOVINOS



MAURÍCIO PALMA NOGUEIRA
Engenheiro-agrônomo, sócio-diretor da Athenagro e coordenador do Rally da Pecuária

Muitos pesquisadores passaram, recentemente, a estudar a relação entre o uso da terra e a pecuária, de modo a enriquecer o conhecimento acumulado ao longo de décadas de pesquisa e ensino em institutos e universidades brasileiros.

Quando se calcula a área necessária para produzir a mesma quantidade atual de carne com o nível de produtividade de 1990, conclui-se que o desenvolvimento tecnológico no período foi suficiente para evitar o desmatamento de 280 milhões de hectares.

Esse resultado é o encontro do conhecimento gerado e difundido pelos pesquisadores com a ousadia e a disposição dos pecuaristas em correr riscos, investindo e implementando o conhecimento em campo.

A pecuária profissional não avança sobre terras griladas e matas virgens. A maior ameaça atual reside no controle dos fornecedores indiretos. Embora o tema seja importantíssimo, não se trata de uma questão que envolva simplesmente a boa vontade da cadeia produtiva.

A Guia de Trânsito Animal (GTA) é o documento necessário para qualquer movimentação de rebanhos em território nacional. Mesmo assim, há dificuldade para fazer o controle pleno dos fornecedores indiretos da produção pecuária de forma confiável.

Estudos publicados até mesmo em revistas científicas desconsideram os desafios básicos que envolvem a questão fundiária, a estrutura do rebanho por tipos de atividade pecuária e a realidade comercial entre os produtores de gado no Brasil.

Se implementada de forma precipitada e pouco planejada, a tentativa de controlar os fornecedores indiretos acabará por potencializar os problemas já existentes. Umas das consequências mais evidentes será o aumento do mercado informal, onde não há fiscalização, rastreabilidade e geração de impostos.

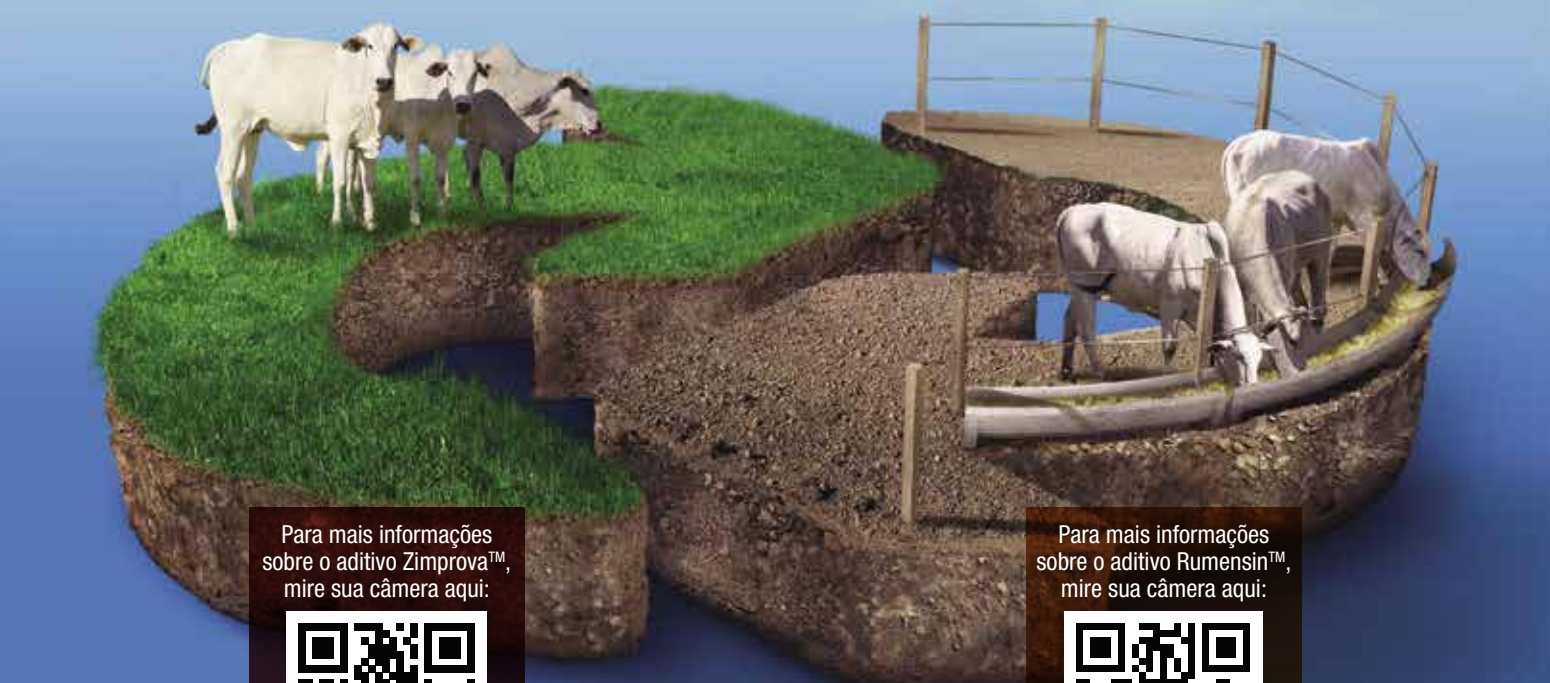
Com isso, o combate às ilegalidades tonar-se-á mais difícil e, em caso de êxito, será conquistado a um custo alto de

Elanco

Linha Premix.

O melhor resultado para o seu rebanho.
Maior eficiência para o seu sistema.





Para mais informações sobre o aditivo Zimprova™, mire sua câmera aqui:

Para mais informações sobre o aditivo Rumensin™, mire sua câmera aqui:

Para mais informações, acesse **www.elanco.com.br**

Elanco, Zimprova™, Rumensin™ e o logo em barra diagonal são marcas da Elanco e suas afiliadas © 05/2021. Todos os direitos reservados. PM-BR-21-0441.

exclusão de pequenos produtores e aumento nos preços da carne aos consumidores da cidade.

Poucas ações poderiam criar efeitos mais insustentáveis do que algumas das soluções apontadas para controlar os fornecedores indiretos. Por incrível que pareça, é o que está sendo proposto. Apesar da importância em controlar cada etapa da produção, é imprescindível que as ações sejam planejadas de forma coordenada e inclusiva, levando em conta o conhecimento de quem estuda a pecuária há décadas.

BENEFÍCIOS PARA A SUSTENTABILIDADE



JULIANO SABELLA
Zootecnista, diretor de Marketing e Serviços Técnicos da DSM e vice-presidente da ASBRAM

"Sustentabilidade" – principalmente no sentido ambiental – é uma palavra cada vez mais presente e mencionada na pecuária brasileira, mas que, na prática, está no dia a dia dos pecuaristas há muito tempo. Ela atende ainda mais dois pilares: o social e o econômico.

Os produtores rurais, por lei, devem manter de 20% a 80% de suas propriedades preservadas em Reservas Legais. Nos últimos trinta anos, a produção de carne bovina cresceu 122%, enquanto a área de pastagem reduziu-se em 13,6%*. O setor em geral é responsável por 7 milhões de empregos no País e 10% do Produto Interno Bruto (PIB).

Há uma grande discussão ambiental sobre os impactos dos gases do efeito estufa sobre o aumento da temperatura do Planeta. A pecuária é responsável por apenas 14% dessas emissões. De 1990 a 2016, o rebanho bovino brasileiro aumentou 48% e as emissões, apenas 2%.

Isso foi possível porque o setor não para de investir em tecnologias que trazem aumento para a eficiência produtiva. A suplementação é uma delas, com ganhos de peso, mais fertilidade e redução da idade de abate do primeiro parto das matrizes.

Mas a pecuária não está confortável com esse excelente histórico e sabe que deve continuar evoluindo. Atentas, as empresas fornecedoras de tecnologia trabalham com soluções inovadoras para que o Brasil evolua e consolide cada vez mais a posição de destaque no agronegócio mundial.

A DSM, líder mundial em nutrição animal, acaba de lançar o Bovaer, um aditivo que reduz em, no mínimo, 30% as emissões de metano entérico dos bovinos. Isso trará um diferencial sustentável para a pecuária, direcionando o foco das discussões para os setores mais responsáveis pelas emissões, que pouco podem fazer para mitigá-las. Esse é o caso, por exemplo, dos combustíveis fósseis.

Como o primeiro país no mundo a aprovar o uso do Bovaer, o Brasil, mais uma vez, pode ver a sua pecuária saindo na frente. O nosso eficiente sistema de produção de carne, com excelente qualidade e a custo competitivo, passa a ter uma contribuição positiva para o meio ambiente. Além de aumentar o rebanho e a produção, produz emissões bem menores do que no passado.

Viva a pecuária sustentável do Brasil!

LIGA DO ARAGUAIA, PASSAPORTE DE MODELO PIONEIRO



JOSÉ CARLOS PEDREIRA DE FREITAS
Coordenador executivo da Liga do Araguaia

Para conectar produção agropecuária e conservação ambiental, um grupo de produtores rurais do médio vale do Araguaia, no estado de Mato Grosso, implantou o movimento denominado Liga do Araguaia. O objetivo é agregar boas práticas de sustentabilidade, com produção de carne de qualidade em sabor, maciez e suculência, ao turismo ecológico rural.

Participam do empreendimento sessenta pecuaristas com propriedades localizadas em onze municípios da região, em cerca de 150 mil hectares. Em abril deste ano, foi criado o Instituto Agroambiental Araguaia, para operar e oferecer suporte legal e administrativo às atividades do movimento. Até agora, há seis projetos a destacar:

- Carbono Araguaia (2016/2020), uma parceria com a Dow do Brasil para a redução de emissões de gases do efeito estufa, com verificação e validação por parte de auditorias internacionais independentes;

- Campos do Araguaia (2016/2020), uma parceria com a The Nature Conservancy (TNC) para a adequação agrícola ambiental de imóveis rurais;

CONHEÇA O BLOG PREMIX E FIQUE POR DENTRO DE CONTEÚDOS RELEVANTES DO AGRONEGÓCIO

- Corte - Pasto, Confinamento e Semiconfinamento
- Leite • Equinos • Ovinos e Caprinos • Gestão e Tecnologia • Manejo na Pecuária • Videoaulas e muito mais.

ACESSE:
premix.com.br/**blog**



PREMIX.COM.BR

16 3605-2900

PremiX
NUTRINDO OS CICLOS DA VIDA

- Garantia Araguaia, uma parceria com o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) para o desenvolvimento e a aplicação da ferramenta de Monitoramento, Relato e Verificação (MRV) de boas práticas agropecuárias e socioambientais;

- Baixo Carbono Araguaia, um acordo de cooperação com a Embrapa Gado de Corte para a certificação do protocolo Carne Baixo Carbono (CBC);

- Rebanho Araguaia, uma parceria com a Friboi/JBS para a melhoria da gestão produtiva;

- CONSERV Araguaia, uma parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) para a compensação financeira de propriedades com área de vegetação nativa excedente.

Desta maneira, o movimento Liga do Araguaia busca o engajamento de produtores rurais em projetos implantados para promover a sustentabilidade. É um modelo pioneiro de promoção do desenvolvimento regional, a ser replicado em diferentes regiões do Brasil.



PSA: Pagamento por Serviços Ambientais

ADOÇÃO DE TECNOLOGIAS: UM CAMINHO SEM VOLTA



FLÁVIO DUTRA DE RESENDE
Pesquisador científico do Polo Regional da Alta Mogiana (em Colina-SP) da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) e coordenador do projeto Boi 777

A pecuária de corte passou por grandes transformações nos últimos anos. Tivemos a valorização do bezerro (o famoso ágio), que se iniciou em 2007/08 e atingiu picos em 2015/16 e agora, em 2020/21. Com isso, o recriador necessitou investir em tecnologias de suplementação para potencializar o ganho médio diário (GMD) dos animais. Essa estratégia, associada à melhoria no manejo das pastagens, tornou-se uma prática comum em muitas fazendas.

Hoje, sabe-se que o "bezerro do cedo", ou seja, aquele que nasce no início da estação de nascimento, é o animal que deixa os melhores resultados financeiros para a fazenda. Isso está ajudando a impulsionar a base da cadeia, ou seja, o sistema de cria.

O pecuarista teve a sua remuneração melhorada, e, hoje, expressões como "venda na perna" estão deixando de existir. No comércio de bezerros desmamados, ganhou espaço o realizado por quilo, o que impulsionou a adoção de tecnologias nesse segmento, e os resultados são evidentes. A prova está no crescimento do comércio de touros e sêmen e do uso de inseminação artificial em tempo fixo (IATF), entre outros. Assim, o pecuarista de cria começou a perceber que precisa cuidar melhor da nutrição da vaca. Isso significa garantir a obtenção de mais quilos de bezerros desmamados/vacas expostas à reprodução.

Todo esse alinhamento das mudanças tecnológicas faz parte das pesquisas desenvolvidas pelo Polo Regional em Colina-SP da APTA. Desta maneira, foi desenvolvido o conhecido sistema do chamado 'boi 777', que consiste em abater um animal pesado de 21 arrobas em até 24 meses de idade.

Para esse método ser possível, o bezerro tem de ser de boa qualidade, nascido no início da estação de nascimento e desmamado pesado, com 7 arrobas. Assim, na fase de recria, é possível colocar mais 7 arrobas em até doze meses, iniciando a fase de terminação com 14 arrobas e idade máxima de 20 meses. O processo finaliza-se com o ganho de mais 7 arrobas em carcaça na fase de terminação, resultando em 21 arrobas e obtendo-se um animal jovem, pesado e capaz de remunerar de forma justa todos os elos envolvidos no setor produtivo. Em resumo, o produtor precisa preocupar-se com o processo desde a concepção do bezerro até o prato do consumidor. ■

*Fonte: ABIEC; Censo Agropecuário de 2017/IBGE

A ***Agroanalysis*** agradece a contribuição de Elizabeth Chagas, vice-presidente executiva da ASBRAM.

OS TRÊS CS DO MANEJO DA PASTAGEM



MATHEUS MORETTI
Gestor técnico de bovinos de corte da Agroceres Multimix

SEM SOMBRA de dúvida, o segredo do período das águas reside no manejo da pastagem. Nesse período, as condições ambientais são extremamente favoráveis ao crescimento das plantas. As chuvas, que, normalmente, acontecem entre os meses de outubro/novembro e março/abril, aliadas às temperaturas mais elevadas e à maior quantidade de horas de luz por dia, trazem (desde que não haja limitações de fertilidade do solo) o ambiente perfeito para o crescimento e o acúmulo de forragem. Nesse cenário, teríamos, então, as condições perfeitas para a produção de bovinos de corte.

No entanto, não é difícil encontrarmos fazendas que apresentam resultados muito aquém dos esperados para esse período do ano. Em geral, o problema encontrado é a falta de planejamento e manejo. Um dos grandes erros que o pecuarista comete em relação ao manejo da pastagem é não planejar a quantidade de animais por área, o que afeta diretamente a eficiência de colheita. Na visão de alguns, o importante é ter pasto farto e com muita massa de forragem.

Com o intuito de provar para vocês, leitores, que o manejo do pasto é um fator crucial na obtenção de sucesso na produção de bovinos de corte, usarei como exemplo um fato que presenciei recentemente.

Algum tempo atrás, visitei uma fazenda em que o produtor estava extremamente satisfeito com o pasto que tinha disponível. Conversar sobre a importância do manejo da pastagem e da eficiência de colheita era algo que não interessava a ele. Na ocasião, o que ele me dizia repetidas vezes, na esperança de um elogio, era: "veja como o pasto está bom, olhe quanta forragem eu tenho!".

> **"...GADO NÃO CONSOME PASTO TOMBADO..."**

Aproveitando que, naquele momento, um lote de animais iria entrar no piquete – o qual ele acreditava ser o pasto bom –, combinei de continuarmos a rodar pela fazenda e, depois de um tempo, retornarmos para ver como os animais estavam se comportando.



O produtor ficou desconcertado, pois o pasto estava todo pisoteado. Apesar da situação ruim, de grande prejuízo, aproveitei o momento para discutir sobre a importância da estrutura do pasto e a relação dela com a colheita de forragem pelo animal (gado não consome pasto tombado).

O que temos de entender é que, além do valor nutricional (quantidade de proteína e fibra), a estrutura do pasto tem um grande efeito sobre a quantidade de forragem consumida pelo animal e um consequente impacto sobre o seu ganho de peso.

Para começar, é preciso entender a dinâmica de acúmulo

de forragem na pastagem. A planta inicia o seu desenvolvimento com um aumento mais intenso da quantidade de folhas verdes. A partir de um dado momento, devido à competição por luz entre perfilhos vizinhos e à própria fisiologia da planta, começa a ocorrer o alongamento dos colmos e, então, com o sombreamento das partes inferiores, começa a ocorrer a senescência (morte das porções mais velhas da planta). Esse processo pode ser facilmente visualizado em pastos em que o capim está mais alto. Ao abrirmos uma touceira, veremos que a quantidade de material morto acumulado na porção inferior, próxima ao solo, é grande. Esse material não é consumido pelos animais.

De forma geral, o amadurecimento da planta resulta em decréscimo do valor nutritivo e comprometimento da estrutura da pastagem, visto o maior acúmulo de compostos fibrosos e, principalmente, colmos.

É sabido que os bovinos consomem, preferencialmente, folhas verdes, sendo o colmo uma estrutura do pasto que dificulta a formação do bocado pelo animal. Para visualizar aquilo de que falamos, parem por um instante e pensem no movimento que o boi faz para apreender a forragem. Quando o pasto está com bastante folha, a formação do bocado é muito mais fácil do que quando o pasto está com muito colmo.

Além de dificultar a formação do bocado, o acúmulo de colmo aumenta o risco de tombamento e pisoteio do capim, resultando em redução da eficiência de colheita de forragem e aumento nas perdas produtivas.

Assim, o momento ideal para entrar com os animais em uma determinada área, para que ela seja pastejada, é quando ocorre o máximo acúmulo de folhas verdes, e não quando temos a máxima produção de massa. A partir dessa mudança de paradigma, teremos uma maior eficiência de colheita e uma melhora no consumo dos animais, tanto em quantidade, como em qualidade, refletindo-se, assim, em melhora no ganho de peso. No entanto, essa prática não é tão simples de ser realizada.



Fonte: adaptado de Hodgson (1990)

No caso do manejo rotacionado, já existem trabalhos que apontam para a altura de entrada ideal para cada tipo de forragem, sendo essa uma medida muito prática e fácil de ser adotada na fazenda.

Em contrapartida, no manejo de lotação contínua, essa prática é um pouco mais complicada, pois os animais permanecem o tempo todo na mesma área. Nessa modalidade de manejo, tem-se utilizado a taxa de lotação para controlar a estrutura do pasto e a eficiência de colheita de forragem pelo animal. A dificuldade durante o período das águas é a oscilação que ocorre no acúmulo (crescimento) de forragem durante a estação chuvosa (existem momentos de maior e menor velocidade de acúmulo), o que pede ajustes na taxa de lotação para a manutenção da estrutura do pasto.

Portanto, o manejo do pasto é muito mais do que a produção de forragem. O pecuarista que busca eficiência durante o processo de produção e utilização da forragem deve ter em mente os três Cs do manejo da pastagem: **c**rescimento, **c**olheita e **c**onversão.

Após ajustados os três Cs do manejo da pastagem, podemos pensar em potencializar a resposta dos animais com a utilização de suplementos nutricionais. Temos realizado vários trabalhos de suplementação de bovinos no período das águas e conseguido excelentes resultados a campo.

“...OS TRÊS CS DO MANEJO DA PASTAGEM: CRESCIMENTO, COLHEITA E CONVERSÃO.”

Atualmente, existem várias opções de suplementos disponíveis. A escolha da melhor estratégia (suplementação) a ser adotada deve ser baseada em conceitos técnicos e econômicos, considerando o consumo de produto e o ganho adicional conquistado, sendo a análise do custo de produção da arroba adicional fundamental para a tomada de decisão.

Pode-se, ainda, utilizar a suplementação como ferramenta para explorar, de forma conjunta, o ganho por animal e por área, o que pode aumentar a quantidade de arrobas produzidas por hectare/ano. ■

RATIFICAÇÃO DE IMÓVEL RURAL EM FAIXA DE FRONTEIRA

YUMI LEME NAKAMURA KIDO
Advogada em Aldemani Martins Advogados Associados

A LEI nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, determina que o imóvel rural titulado pelos estados-membros em terras de domínio da União e que se localizar em faixa de fronteira deverá ser ratificado, sob pena de ser incorporado ao patrimônio público.

Temos que faixa de fronteira é a extensão de 150 km ao longo de toda a fronteira terrestre do Brasil (Lei nº 6.634/79), abrangendo onze Unidades da Federação (UFs): Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina. Exemplificando, no estado de Mato Grosso, será considerado localizado em faixa de fronteira todo imóvel que esteja até 150 km da fronteira com a Bolívia, atingindo-se parcialmente 28 municípios.

Notadamente, o descumprimento do preceito legal, sobretudo ao prazo estabelecido pela Lei nº 14.177/21, acarretará prejuízos irreparáveis, considerando que os imóveis não ratificados deverão ser incorporados ao patrimônio público como terras da União, ou seja, os proprietários passarão a ser meros ocupantes (posseiros), devendo requerer novamente a regularização para a União, enfrentando um processo de titulação de terras e, em alguns casos, dependendo do tamanho da área e do enquadramento, pagarão novamente pelo imóvel ou, em eventual desapropriação, não terão direito a indenização. Trata-se de uma confirmação de registro; não havendo tal confirmação, o imóvel poderá ser revertido para a União.

Insta consignar que há exceções: os títulos que foram emitidos pelo governo federal dentro das glebas públicas da União ou títulos de assentamentos emitidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) não precisam ser ratificados, contudo é imperioso analisar criteriosamente a origem de tais títulos.

O requerimento dos imóveis com área superior a 15 módulos fiscais até 2.500 hectares será analisado pelo órgão federal responsável, sendo que a ratificação dos registros imobiliários referente a imóveis com área superior a 2.500 hectares ficará condicionada à aprovação do Congresso Nacional, consoante preconiza o § 1º do art. 188 da Constituição Federal.

A solicitação da ratificação deverá ser fundamentada, colacionando documentos comprobatórios, entre os quais:

- Requerimento fundamentado na Lei nº 13.178/15, com a devida explanação do direito;
- Comprovação da inexistência de questionamentos ou reinvindicações na esfera judicial, bem como na esfera administrativa;
- Cadeia dominial do imóvel até a origem da sua titulação pelo poder público, acompanhada de estudo técnico e analítico da sua continuidade, constando a data e a origem da titulação;
- Planta e laudo técnicos demonstrativos da localização do imóvel na faixa de fronteira, elaborados por profissional técnico habilitado portando Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) devidamente assinada e integralmente quitada;
- Certificação do Incra caso o imóvel já seja georreferenciado, bem como o Certificado de Cadastro do Imóvel Rural (CCIR) atualizado e a Certidão Negativa de Débitos (CND) do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

Vislumbra-se uma imposição legal, clara, precisa e com prazo de cumprimento fatal de dez anos, restando ao proprietário rural atentar-se à posição da sua propriedade, bem como à origem do seu título, e consultar um profissional da sua confiança para, assim, ingressar com o procedimento de confirmação do registro. ■


SHUTTERSTOCK

AS ESCOLHAS E O RUMO DA POLÍTICA ECONÔMICA



FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

ULTRAPASSADOS OS períodos agudos da pandemia de COVID-19, emergem os desafios fiscais, econômicos e sociais resultantes das medidas tomadas para o enfrentamento do vírus. Negócios e empregos foram perdidos, cadeias de produção foram desestruturadas, a renda média da população diminuiu e a informalidade cresceu.

Imaginava-se uma retomada plena da economia pós-pandemia considerando as perspectivas prévias positivas. Contudo, a pandemia não apenas gerou a interrupção no processo de retomada, mas também trouxe a inflação, o desequilíbrio fiscal e a desvalorização do real, sequelas que pesam sobre as expectativas dos agentes e impõem medidas rígidas de política monetária.

No momento em que as políticas de distanciamento social são relaxadas e se busca voltar à normalidade, o Banco Central do Brasil (BCB) se vê obrigado a elevar abruptamente a taxa básica de juros da economia (Selic). A inflação é um problema em si, mas a proposta do Governo de furar o teto de gastos agrava o risco fiscal, trazendo temores de um grande retrocesso macroeconômico.

Além dos reflexos nas expectativas de longo prazo, a leitura é de que os efeitos imediatos na economia serão mais acentuados. A taxa Selic foi elevada a 7,75% a.a., com uma sinalização de que ultrapassará 9,00% na próxima reunião. Com isso, o crédito ao consumidor e às empresas ficará ainda mais caro, freando a atividade econômica.

A elevação da Selic é um remédio necessário, pois o custo futuro do descontrole inflacionário é muito maior. Todavia, criticamos a proposta de modificação da regra constitucional do teto de gastos, pois esta garante estabilidade fiscal e impede o crescimento do endividamento público. Ressalta-se que, sem o ímpeto de alterar o teto, a Selic não precisaria subir tanto para conduzir a inflação a patamares adequados.

Não se discute a conveniência do Auxílio Brasil, pois programas sociais são necessários para proteger as famílias mais carentes, sobretudo neste momento. Questiona-se, sim, a acomodação do programa fora do teto, assim como se pretende com os precatórios. Alterar esse marco é um grave enfraquecimento do arcabouço fiscal vigente, um legado do governo Temer. O fato é que as escolhas do Executivo impactam a política monetária e repercutem na economia.

Na perspectiva do agronegócio, já se percebe o aumento das taxas de juros livres nos financiamentos. Empresas com operações lastreadas no Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ficarão mais endividadas, e novos investimentos podem ser adiados. O setor vem enfrentando uma escalada de custos, com insumos que dobraram de preço e aumento do custo de energia e combustíveis. Maior custo financeiro, decorrente de taxas de juros elevadas, é um ingrediente inoportuno para impactar os custos de produção e os preços dos alimentos.

Na nossa visão, o que realmente abrirá espaço fiscal para programas sociais e investimentos é a reforma administrativa, pois o equilíbrio das contas públicas deve vir pelo lado das despesas. Ainda há tempo de corrigir os rumos, e esperamos que alternativas sejam encontradas para viabilizar os programas de transferência de renda e a preservação da regra do teto de gastos, a fim de proporcionar um ajuste de política monetária mais suave, em favor da retomada do crescimento. A perspectiva de desenvolvimento de longo prazo do Brasil deve resplandecer! ■



DIÁRIO DE BORDO

UMA INDÚSTRIA RELEVANTE

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

A INDÚSTRIA de alimentos no Brasil vem crescendo de forma impressionante. Hoje, são cerca de 37.700 empresas processadoras, das quais 94,0% são micro e pequenas, 4,5% são médias e apenas 1,5% é de grandes empreendimentos. E elas geram o maior número de empregos formais e diretos de todo o setor industrial: 1,6 milhão!

No ano passado, o setor representou 10,6% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro total. Exportou para 190 países o valor de US$ 38,2 bilhões, e isso foi apenas 25% da sua produção, porque 75% foram consumidos no nosso mercado interno. O Brasil é o maior exportador mundial de alimentos industrializados, informação esta que tem uma vertente fundamental: 190 países aprovam a qualidade dos nossos alimentos industrializados. Para isso, precisa ser bom mesmo!

O maior mercado, obviamente, é o continente asiático, com 45,7% da importação da nossa produção, seguido pelos países árabes, com 16,2%, e pela União Europeia, com 13,8%.

Em 2020, a indústria alimentar investiu em pesquisa e geração de tecnologia cerca de R$ 21,2 bilhões.

E o mais relevante é que 58% de toda a produção agropecuária brasileira é processada por esse poderoso segmento industrial.

Existe uma entidade de classe que representa boa parte do segmento, a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA), cujas associadas representam 80% do valor da produção nacional.

O setor é fiscalizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), mediante um rigoroso regramento, muito sintonizado com as legislações globais.

Segundo a ABIA, os alimentos industrializados usam processos de cozimento muito parecidos com os que são utilizados pelas cozinhas domésticas. No entanto, é comum ouvir que a industrialização reduz as propriedades nutricionais dos alimentos.

O cozimento pelo fogo permitiu que o homem gastasse menos tempo para comer do que se ingerisse, por exemplo, carne crua em vez de cozida. Além disso, permitiu guardar mais tempo o alimento cozido (pois o cru se deteriora mais depressa), ou seja, deu mais segurança ao consumo.

O pão, um dos alimentos processados mais antigos da humanidade, apareceu em 25 mil anos a.C. Portanto, processar alimentos não é coisa nova.

Uma crítica recorrente diz respeito aos alimentos ultraprocessados, que fariam mal à saúde e que são os que têm muitos ingredientes e sofrem várias etapas de processamento. A ABIA retruca com a afirmação de que o importante é a qualidade nutricional, e não o quão processado é o alimento. Mais ingredientes ou menos mudam a característica, mas não a nutritividade do alimento, seja ele industrializado ou preparado em casa. "O alimento pode ser nutritivo ou não sendo mais processado ou não", afirma a ABIA.

Há, ainda, a questão dos aditivos, superconhecidos pelos profissionais de tecnologia de alimentos, mas desconhecidos pela maior parte dos consumidores. Aditivos existem há muito tempo e servem para atender processos mais complexos de conservação, estabilização e gelificação, por exemplo. Podem, também, ser espessantes ou fermentos. O que importa é que sejam aprovados pela Anvisa, que é super-rigorosa nas suas avaliações.

Aliás, nenhuma indústria produziria alimentos que causassem risco à saúde humana, pois estaria dando um tiro no próprio pé. ■

Em 2020, a produção industrial de alimentos representou 10,6% do PIB brasileiro e exportou US$ 38,2 bilhões em produtos para 190 países.

PRODUZIR

A EDUCAÇÃO E O AGRO

HELEN JACINTHO

Produtora rural e sócia da Sociedade Rural Brasileira (SRB)



DURANTE A pandemia, muitas famílias, ao acompanhar as aulas online de seus filhos, observaram o agronegócio ser retratado de maneira desatualizada nos materiais didáticos das crianças e jovens. Ao contrário, tivemos uma evolução no agro dos últimos quarenta anos: o País saiu da posição de importador para ocupar um posto entre os maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo.

Vista com lentes do passado – que não deve ser esquecido ou negado –, não se pode contar uma história única sobre os avanços tecnológicos de aumento ocorridos na produção. Falar somente de desmatamento, queimadas, trabalho escravo e "agrotóxicos" desperta desinteresse em desenvolver negócio e profissão nesse setor. Campo e cidade distanciam-se quando o desconhecimento da informação gera questões infundadas sobre o processo de produção. Esse problema não reflete o setor que é considerado o dínamo da economia nacional atual.

Estamos formando profissionais como torneiros mecânicos e soldadores para o setor industrial sem tanta necessidade dessa mão de obra, enquanto o agro, que é responsável por praticamente 27% do Produto Interno Bruto (PIB), sofre com um enorme déficit de mão de obra especializada.

De acordo com Mariane Crespolini, diretora do Departamento de Produção Sustentável e Irrigação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Depros/MAPA), a agropecuária brasileira assumiu o compromisso voluntário de enfrentar a mudança do clima. Os produtores contribuíram para mitigar 170 milhões de toneladas de CO_2, batendo 115% da meta original estabelecida. Responsável por um quarto de toda a área preservada no Brasil, o agro produz safras recordes, apesar de ocupar 30% do território nacional. Essa área pode ser considerada pequena quando em comparação à situação de países europeus que utilizam parcelas bem maiores de seus territórios.

Essa é a porta que podemos abrir para as nossas crianças e jovens. Os alunos de hoje serão a próxima geração no mercado de trabalho. Então, conhecer e entender esse setor representa um leque de possibilidades profissionais. Há espaço para quem gosta de Exatas, Humanas e Biológicas, com amplas oportunidades a ser encontradas antes, dentro e depois da porteira.

Possuímos desafios ambientais e sociais tanto no cenário rural, como no urbano. Na agropecuária responsável, os produtores de excelência investem em mão de obra, tecnologia e sustentabilidade, sem provocar incêndios e desmatamentos ilegais. Nela, os jovens são o futuro e fazem parte da solução do problema, com inclusão de pessoas e geração de renda.

Propomos às empresas que aloquem orçamento nos seus projetos para a educação, trazendo alunos para visitá-las ou levando profissionais às escolas. Precisamos mostrar à sociedade os dois lados da história, com o objetivo de gerar oportunidade para as pessoas poderem trabalhar, criar e sustentar suas famílias e, com isso, conduzir o desenvolvimento do Brasil. A mensagem completa inclui a apresentação do agro sustentável aos nossos jovens. Como todo mundo gosta de ser bom em algo, para sermos uma potência agroambiental, precisamos conhecer e gostar do assunto. ■

O agro brasileiro sofre com um enorme déficit de mão de obra especializada.



OPINIÃO

A NOVA CIÊNCIA DO AGRONEGÓCIO PAULISTA

ITAMAR BORGES

Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

COM O advento da pandemia de COVID-19, o mundo atestou a importância da Ciência como a única saída para o flagelo humanitário que se abateu sobre a nossa geração. O novo *status* concedido a essa velha companheira da evolução humana tem sido um dos guias do atual governo de São Paulo.

O estado é detentor de uma sofisticada rede de institutos que geram pesquisas públicas de alto valor para a sociedade. A Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) tem sob o seu guarda-chuva seis institutos que, há décadas, auxiliam setores como os de cana, laranja, proteína animal, grãos, entre outros, a cultivarem e levarem alimentos, fibras e energia à casa de pessoas no Brasil e no mundo. Algumas atividades tipicamente paulistas, como a cana e a laranja, possuem protagonismo mundial inconteste. Setores como proteína animal, café, grãos, frutas e hortaliças, entre outros, encontram no nosso estado algumas das melhores condições de cultivo e logística.

O reconhecimento ao trabalho da Ciência e da pesquisa pública não se dá por outra forma que não seja o direcionamento de recursos para que os nossos cientistas façam o que sabem de melhor: encontrar soluções para os problemas de hoje e do futuro.

O problema é que o mundo não aceita "qualquer tipo de crescimento", mas demanda um crescimento sustentável, em consonância com a preservação do meio ambiente. E, para isso, é preciso que a Ciência encontre as "vacinas" para os problemas de hoje e do futuro.

Esses recursos são utilizados para modernizar laboratórios, algo fundamental na pesquisa de ponta, mas também contemplarão análises que visam responder questões importantes. Como exemplo, posso citar o estudo do Instituto de Zootecnia (IZ) que visa acelerar a definição de parâmetros para uma pecuária (mais) sustentável, com redução da emissão de gases causadores do efeito estufa.

Ainda na pecuária, será atendida uma das áreas mais sensíveis: a defesa sanitária. Será ampliada a capacidade de produção de antígenos do Instituto Biológico (IB) para testes de brucelose e tuberculose em bovinos, de modo a atender 100% da demanda do País.

Embora não seja diretamente uma atribuição do governo do estado, é importante para os brasileiros que vivem em São Paulo que as políticas públicas estejam alinhadas àquelas tendências em que a nossa produção possa se mostrar competitiva.

Os nossos cientistas do Instituto Agronômico (IAC) têm como missão intensificar os programas de melhoramento genético vegetal a fim de fornecer aos agricultores materiais mais resistentes a pragas e doenças e aos efeitos climáticos extremos. Nos últimos dois anos, o estado de São Paulo tem sofrido com o efeito de secas prolongadas, que trouxeram perdas para produtores e aumento de preços para a população.

Da mesma forma, ficarão para as gerações seguintes o legado de preservação de matas nativas e a recuperação da vegetação, que dá algum sinal nas terras paulistas. Contudo, um avanço significativo depende da continuidade das análises do Cadastro Ambiental Rural (CAR), chave para viabilizar a implementação do Programa de Regularização Ambiental (PRA). ■

"...é importante para os brasileiros que vivem em São Paulo que as políticas públicas estejam alinhadas àquelas tendências em que a nossa produção possa se mostrar competitiva."

REFLEXÃO

AGENDA AGROAMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

MARCELLO BRITO

Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)



A PANDEMIA de COVID-19 elevou a insegurança alimentar no mundo. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), após cinco anos de relativa estabilidade, cerca de 811 milhões de pessoas no mundo passaram fome em 2020. E, se nada for feito atualmente, a estimativa é que ainda haja 660 milhões de indivíduos nessas condições em 2030.

Diante desse cenário, o Brasil pode fazer a sua parte e contribuir com o que tem de melhor – biodiversidade, ciência, clima, experiência, pessoas, solo e tecnologia –, na tentativa de diminuir consideravelmente a insegurança alimentar do Planeta, erradicar a fome e, ao mesmo tempo, promover o crescimento social e econômico nacional e preservar os nossos biomas.

Essa responsabilidade atribuída ao agronegócio brasileiro mostra a sua grandeza e o seu potencial, mas também coloca o compromisso de buscar a melhoria da produtividade, da sanidade e da qualidade dos seus produtos. E o nosso setor conta com diversas tecnologias que podem ser implantadas para atingir esse objetivo, especialmente dentro da porteira, beneficiando os produtores rurais em diferentes aspectos, incluindo mais rentabilidade, menos desperdício e mais capital de giro para reinvestir em sua produção.

Contudo, existem dois pontos nevrálgicos nesse cenário que requerem atenção. O primeiro é a composição da carteira de clientes dos produtos agropecuários brasileiros. Atualmente, temos uma forte relação de interdependência com a China, que é o nosso maior cliente global. Por isso, as tratativas com essa nação precisam estar pautadas na transparência, reforçando esse relacionamento bilateral. Por outro lado, o comércio global com um número maior de países necessita ser trabalhado cada vez mais, para garantir que as cadeias produtivas ligadas às diversas *commodities* não sofram reveses inesperados diante de um problema específico com algum comprador.

Sabemos como o agro brasileiro é competitivo. Por isso, ter uma política de comércio exterior estruturada, que sustente o trabalho feito pelo MAPA, pode resultar em arranjos comerciais que contribuam para o equilíbrio da atual situação socioeconômica, com geração de emprego e renda.

O segundo ponto refere-se à nova postura de investidores, consumidores e países que colocaram como pauta prioritária a preservação ambiental e, consequentemente, produtos agrícolas advindos de países e regiões que utilizem práticas sustentáveis em sua produção, com informações rastreáveis. Essa exigência visa reduzir os impactos das mudanças climáticas.

Nesse sentido, o potencial agroambiental brasileiro é enorme. As propriedades rurais são as que mais preservam a vegetação nativa, além de haver biomas únicos, que poderiam transformar o nosso País na maior economia verde do Planeta. No entanto, infelizmente, a realidade é outra: hoje, somos vistos como um inimigo do meio ambiente, pelas constantes ilegalidades ocorridas na Amazônia sem punição aos infratores. Os discursos sem embasamento científico e a falta de uma política ambiental consistente também corroboram para essa imagem.

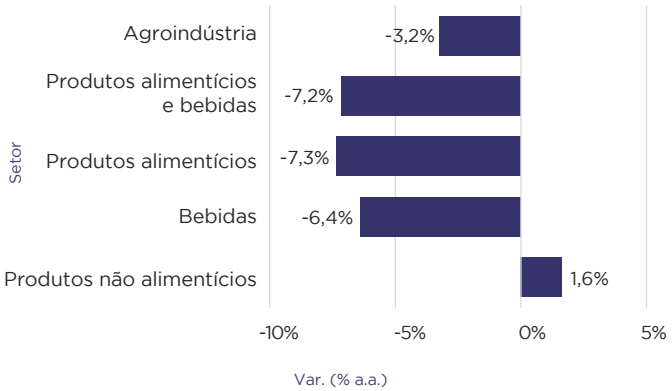
Com isso, o comércio global dos produtos agropecuários brasileiros se enfraquece, diminuindo as chances de ampliação de novos mercados. Por isso, o agro brasileiro precisa estar unido, trabalhando em prol do fortalecimento do Estado democrático de direito e da implementação de políticas públicas consistentes e responsáveis para o crescimento sustentável do País. ■

O Brasil pode contribuir para a diminuição da insegurança alimentar do Planeta e a erradicação da fome, bem como para a promoção do crescimento social e econômico nacional e a preservação dos nossos biomas.

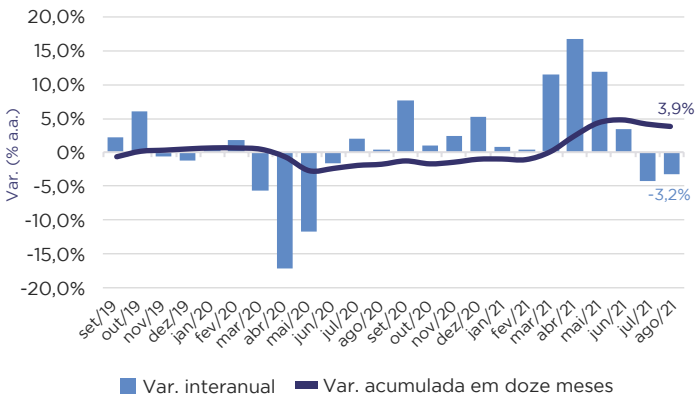
ÍNDICE DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL (PIMAGRO)

REFERÊNCIA: AGOSTO DE 2021

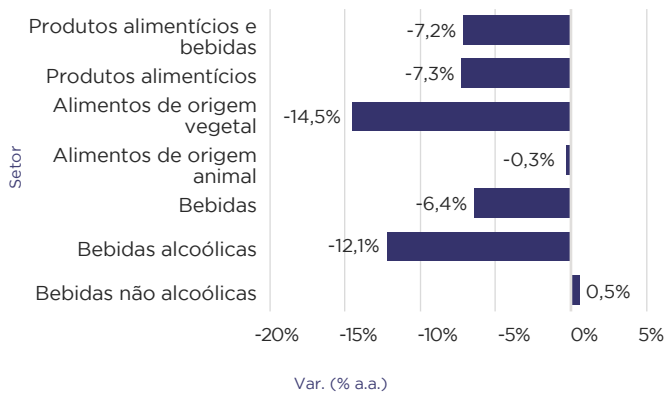
AGROINDÚSTRIA E PRINCIPAIS SETORES: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM AGOSTO DE 2021



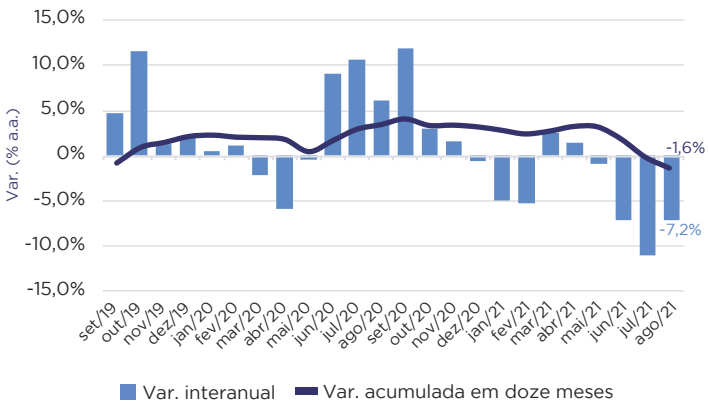
AGROINDÚSTRIA: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



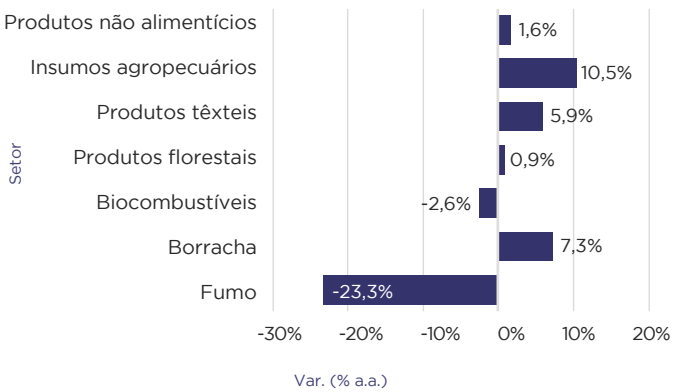
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM AGOSTO DE 2021



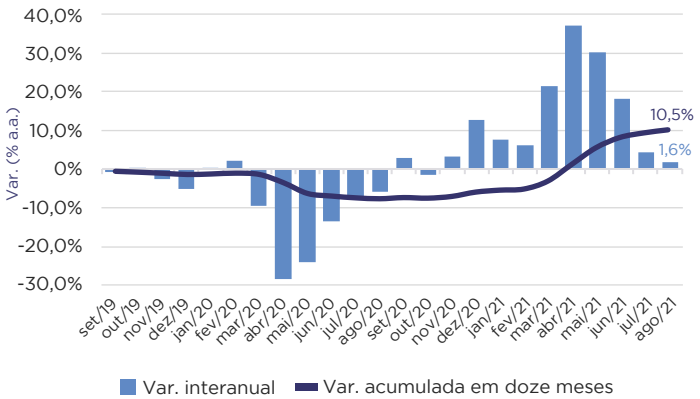
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM AGOSTO DE 2021



PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal/IBGE; elaboração: FGV Agro

fgv.br/mba

MBA EXECUTIVO EM ECONOMIA E GESTÃO:

AGRONEGÓCIO

FORMAÇÃO MULTIDISCIPLINAR PARA LIDERAR POTÊNCIAS ECONÔMICAS

Um setor que desempenha expressiva participação na economia brasileira precisa de profissionais completos, atualizados às ferramentas de gestão e, principalmente, preparados para soluções práticas, inovadoras e ousadas.

CONHEÇA O CURSO.
NAS MODALIDADES
PRESENCIAL E LIVE.

INSCREVA-SE



MBA FGV
É MAIS QUE MBA. É FGV.

todosaumasovoz.com.br | todosaumasovoz

MOSTRAR OS VALORES DO AGRO PARA AS NOVAS GERAÇÕES E MOTIVAR A ADMIRAÇÃO PELOS PRODUTORES.

Esse é o nosso desafio.



Criadora

RV MONDEL

Mentora

abag

Patrocínio

CropLife BRASIL

Apoio Institucional

ESALQ USP

abagrp

ABCC Associação Brasileira de Criadores de Camarão

ABIA

ABIARROZ

abiec

abisolo

Abitrigo

ABMRA Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio

ABPA Associação Brasileira de Proteína Animal

ABRAFRUTAS

abraleite

agroligadas

AIPC

AMA BRASIL

andav A força que une a distribuição

APROSOJA RONDÔNIA

ASBRAM Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais

Cecafé Conselho dos Exportadores de Café do Brasil

CiCarne Centro de Inteligência da Carne Bovina

6º Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio Digital & Agregação de Valor A Nova Liderança no Agro

FENEP Federação Nacional das Escolas Particulares

Grupo Mulheres do Brasil

ibá indústria brasileira de árvores

Ibrahort Instituto Brasileiro de Horticultura

Liga do Agro

pecege

SINDAN SAÚDE ANIMAL

Sindirações

SistemaOCB CNCOOP · OCB · SESCOOP

Sociedade Nacional de Agricultura Inteligência em Agronegócio desde 1897

Parceiros

attuale comunicação

Companhia de Estágios | PPM Human Resources

coelho&morello advogados associados

Lamarca

RCOMLINE eventos digitais

TRAH LAH LAH

Apoio de Mídia

CANAL RURAL

GestAgro 360 UM GIRO PELO AGRONEGÓCIO

mab

AGROPECUÁRIO

terraviva Cultivando o melhor do Brasil

AGROANALYSIS

TODOS A UMA SÓ VOZ

JUNTOS, TORNANDO O AGRO MAIS FORTE